



CONFERÊNCIA REFUGIADOS

CNIS prepara acolhimento a menores não-acompanhados



CONSELHO GERAL

Direção quer reforçar a representação das IPSS



COIMBRA

Melhoria de instalações tem sido uma dor de cabeça



FIGUEIRA DA FOZ

Crianças são barómetro das necessidades das famílias

PORTO

APPC aposta na inclusão a partir dos quatro meses de idade



A Europa e a Economia Social

O Conselho de Ministros Europeu de Dezembro de 2015, reconheceu a Economia Social como um sector importante que devia ser adoptado no programa da Comissão para 2017, para puxar pelo desenvolvimento e crescimento da Europa. Durante este ano, seguiram-se várias reuniões, em Bruxelas, entre membros do Parlamento Europeu (social economy intergroup) e várias instituições, como o Comité Económico e Social Europeu e representações do sector social localizadas em Bruxelas que actuam como 'lobbyistas' em apoio do sector social. O próprio Presidente da Comissão Europeia, Junker, afirmou no seu discurso sobre o 'Estado da União', que a 'economia social' é um pilar de desenvolvimento e crescimento da economia na União Europeia e, em consequência, também ter decidido rever o 'pilar dos direitos sociais europeus' para o que, a Comissão lançou uma consulta pública, activa no site da União Europeia, até final do ano, para conhecer a opinião dos cidadãos europeus sobre este tema. Seguiram-se, no último semestre deste ano, alguns encontros nos vários Estados Membros sobre o tema, tendo a CNIS estado presente, juntamente com representantes de várias áreas da sociedade civil organizada, em dois desses encontros, que se realizaram na representação da Comissão Europeia em Portugal.

Apesar de todos estes depoimentos e planos, as indicações são de que a 'economia social' vai, mais uma vez, ficar de fora das prioridades do programa de acção da Comissão para 2017. Torna-se evidente que a força dos defensores do neoliberalismo, alavancado nos mercados financeiros ainda muito desregulados, continuam a dominar a Comissão, em detrimento do reforço da Europa social e do seu pilar de 'coesão social'. Como sabemos, este ciclo de menos social e mais disciplina financeira foi iniciado por Mário Monti e continuado por Durão Barroso, que deixaram cair o 'pilar da coesão social' e aparece agora Junker, na mesma narrativa dos seus antecessores.

A União Europeia (Comissão e Governos dos Estados Membros) está apanhada num 'ciclo vicioso' e permanece vulnerável politicamente e economicamente; politicamente porque não consegue ganhar a confiança dos cidadãos europeus para as suas políticas, não conseguindo completar a integração no 'mercado interno' e a 'união económica e monetária' na zona euro, agora ainda acrescida com a saída do Reino Unido, e economicamente, porque conduziu a uma década de estagnação em que, apenas em

2015, a Zona Euro conseguiu um crescimento igual ao de 2008, de notar que nos últimos cinco anos a Zona Euro cresceu em média 0,6% enquanto os USA cresceram 2%; no que se refere a investimentos, a Zona Euro manteve o mesmo nível de investimentos de 2008 e os USA aumentaram o investimento em 19%.

Os cidadãos europeus sentem que a Zona Euro está em apuros, as informações da UE do barómetro da opinião pública, indicam que o baixo crescimento, elevado desemprego, elevada dívida pública e a possibilidade de uma nova crise financeira está nas mentes das pessoas e as grandes preocupações são, não só o sentimento de que a UE não está preparada para

José Leirião
Membro da CNIS



enfrentar um nova crise financeira, como também os efeitos negativos das grandes transformações económicas e financeiras decorrentes do processo industria 4.0, agenda digital, TTIP (acordo comercial com os USA) e SECA (acordo comercial com o Canadá) vão dar mais poder às empresas multinacionais e reduzir os direitos sociais e dos trabalhadores.

A Comissão, ao não incluir no seu programa o sector de 'economia social' como uma prioridade, está a desaproveitar todo o seu enorme potencial para aumentar o crescimento e o desenvolvimento económico e, a continuar a colocar em segundo plano a 'coesão social', não será assim que vai ganhar a confiança do cidadãos.



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em **Fátima**, no **Hotel Cinquentenário**, no próximo **dia 19 de Novembro**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

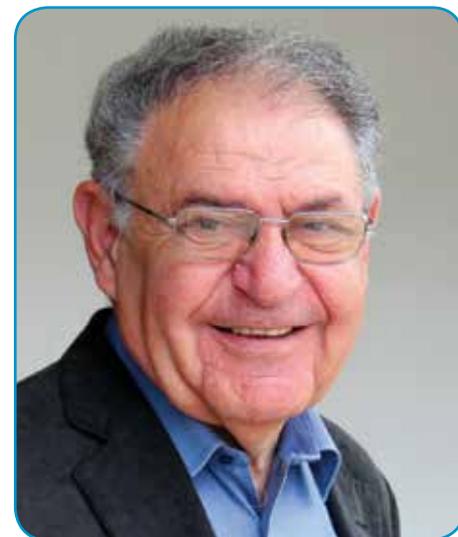
- 1 - Apreciação do orçamento e programa de acção para 2017;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2017;
- 3 - Votação do orçamento e programa de acção para 2017;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia-geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto, 28 de Outubro de 2016

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Orçamento do Estado para 2017

1. Aprovado já na generalidade, o Orçamento do Estado para 2017 segue agora para discussão na especialidade, não sendo previsíveis significativas alterações. Terminado todo esse processo, crê-se que o OE será promulgado sem mais delongas.

Na sua apresentação, logo aí havia sido anunciado que o Governo ficaria autorizado a tomar “medidas de política orçamental e fiscal orientadas para a recuperação do rendimento disponível das famílias, para a promoção do investimento e do emprego, com reforço da coesão social, ao mesmo tempo que seriam adotadas medidas com vista a manter uma trajetória de consolidação orçamental, designadamente ao nível de um exercício de revisão da despesa pública, do aumento da eficiência do Sector Empresarial do Estado e no acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP).”

À volta de algumas dessas medidas anunciadas é fácil o consenso. Menos consensual pode ser, porém, a opção pelo recurso a alguns impostos indiretos em detrimento de alguns impostos diretos, até porque, quer se queira quer não, alguns destes ainda se mantêm e, para quem já está tão fustigado pela indesejável companhia da austeridade, alguns daqueles não deixarão de ser tidos como uma outra medida de austeridade camuflada.

Também difícil pode ser o consenso sobre o estabelecimento “generalizado” da condição de recursos para atribuição de apoios sociais. Mas aqui, se não é fácil o consenso, pode ser adquirida a concordância de que a medida é socialmente justa e atempada.

2. Quanto à recuperação do Rendimento Disponível, o Orçamento do Estado para 2017 dá seguimento ao compromisso de prosseguir com a reposição do rendimento das famílias, como a reposição integral dos salários dos trabalhadores da Função Pública, o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida, a redução da sobretaxa sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), a atualização das pensões, a redução da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), o aumento do valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI), a reposição do valor do Rendimento Social de Inserção (RSI), a atualização dos montantes do Abono de Família e o aumento da sua majoração

para as famílias monoparentais, a atualização da Bonificação por Deficiência e o aumento do montante do Subsídio por Assistência de 3.ª Pessoa.

Quanto ao reforço da Coesão Social, a Política Orçamental é focada no Combate à Pobreza Infantil, de onde se prevê um contributo da prestação do abono de família no combate à pobreza na primeira infância. Esta medida é conjugada com medidas complementares por parte de outros serviços públicos, nomeadamente da educação e da saúde. Neste âmbito, o Governo procederá à aplicação da medida de gratuidade dos manuais escolares para os alunos do ensino básico que frequentam o 1.º ano, e alargará a medida aos alunos do 2.º ano no ano letivo 2017/2018. Paralelamente, reforçar-se-á a ação social escolar para que todos possam cumprir a obrigação dos 12 anos de escolaridade e para que no ensino superior exista apoio social aos estudantes carenciados. Em 2017, “pretende-se prosseguir com a revisão do modelo de apoio à educação especial, apostando numa “escola inclusiva de 2.ª geração”, que deverá disponibilizar todos os apoios educativos necessários ao desenvolvimento pedagógico das crianças com necessidades educativas especiais.” No que se refere à inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade, serão executados projetos-piloto no âmbito da vida independente, para pessoas com deficiência ou incapacidade que se encontrem dependentes da assistência por terceira pessoa, baseados em sistemas de assistência pessoal personalizada e orientada pelo utilizador. As políticas ativas de emprego terão um enfoque nos segmentos mais vulneráveis e mais afastados do mercado de trabalho, designadamente jovens e desempregados de longa e muito longa duração, através do reforço da seletividade e proporcionalidade das medidas.

Na estimativa de despesa com pensões e prestações sociais serão consideradas a atualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), a atualização automática das pensões até duas vezes o valor do IAS pelo valor previsto de inflação e a atualização extraordinária até 10 euros de aumento a realizar em Agosto 2017 para as pensões até uma vez e meia o IAS e que não tenham sido atualizadas ao longo do período 2011-2015.

3. Para promover a criação de emprego e a coesão social, o OE para 2017 parece anunciar um

Programa Nacional de Apoio à Economia Social e Solidária. Louvável de toda a maneira, mas atempadamente convirá acautelar que se toda a economia solidária é social nem toda a economia social é solidária...

Já no que à Economia Solidária diretamente concerne - Instituições Particulares de Solidariedade Social - (e também à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), o Artigo 190.º do OE para 2017 recupera tudo quanto estava previsto no Orçamento de 2015 e tem está contemplado em 2016 pela Lei 159-C/2015, nomeadamente no que se refere à restituição do montante equivalente a 50% do IVA suportado relativamente a obras e relativamente a aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

Se aí não há quaisquer dúvidas, pode merecer alguma preocupação o que se diz sobre “descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais no âmbito da ação social” (Artigo 59.º) onde se anuncia que o Governo, do âmbito do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, fica autorizado a contratualizar com os municípios e entidades intermunicipais, nomeadamente a transferência da competência do “atendimento de ação social direto às famílias, designadamente através dos Serviços de Atendimento e de Acompanhamento Social”. Compreendendo-se que tal competência merecesse entrar no escopo das competências de municípios e entidades intermunicipais, parece não ser prudente tal anúncio exatamente quando, no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e por um período mínimo de três anos, muitas Instituições Particulares de Solidariedade Social já estão a desenvolver um tal serviço. Anunciando-se num sentido o que está a ser ensaiado em sentido diverso não deixará de provocar uma “turbulência eventualmente acidentada”.

Turbulência também haverá, e grande, porque geradora de uma insustentabilidade que ninguém deseja, se não houver suficiente ponderação quanto ao aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida. O OE para 2017 anuncia aumento mas não estabelece o montante. As IPSS desejam um aumento justo que apenas será ajustado nas IPSS se o Estado cumprir as suas obrigações para com um Sector que merece protecção e reconhecimento...

CONSELHO GERAL

Pela afirmação da identidade das IPSS

Os documentos que guiarão a atuação da CNIS no próximo ano – Programa de Ação e Orçamento – foram apresentados ao Conselho Geral para que agora a Direção os ponha a aprovação na Assembleia Geral do próximo dia 19 de novembro, em Fátima. Afirmar e valorizar as IPSS, contribuindo nos organismos em que está representada, é um dos grandes objetivos da CNIS para 2017, mantendo uma forte aposta igualmente na formação, na cooperação e na cidadania e solidariedade.

O Conselho Geral da CNIS reuniu em plenário, no final de Outubro, em Fátima, onde a Direção, para além de apresentar o Programa de Ação e o Orçamento para 2017, partilhou diversas matérias e revelou algumas iniciativas já com data marcada e ainda este ano.

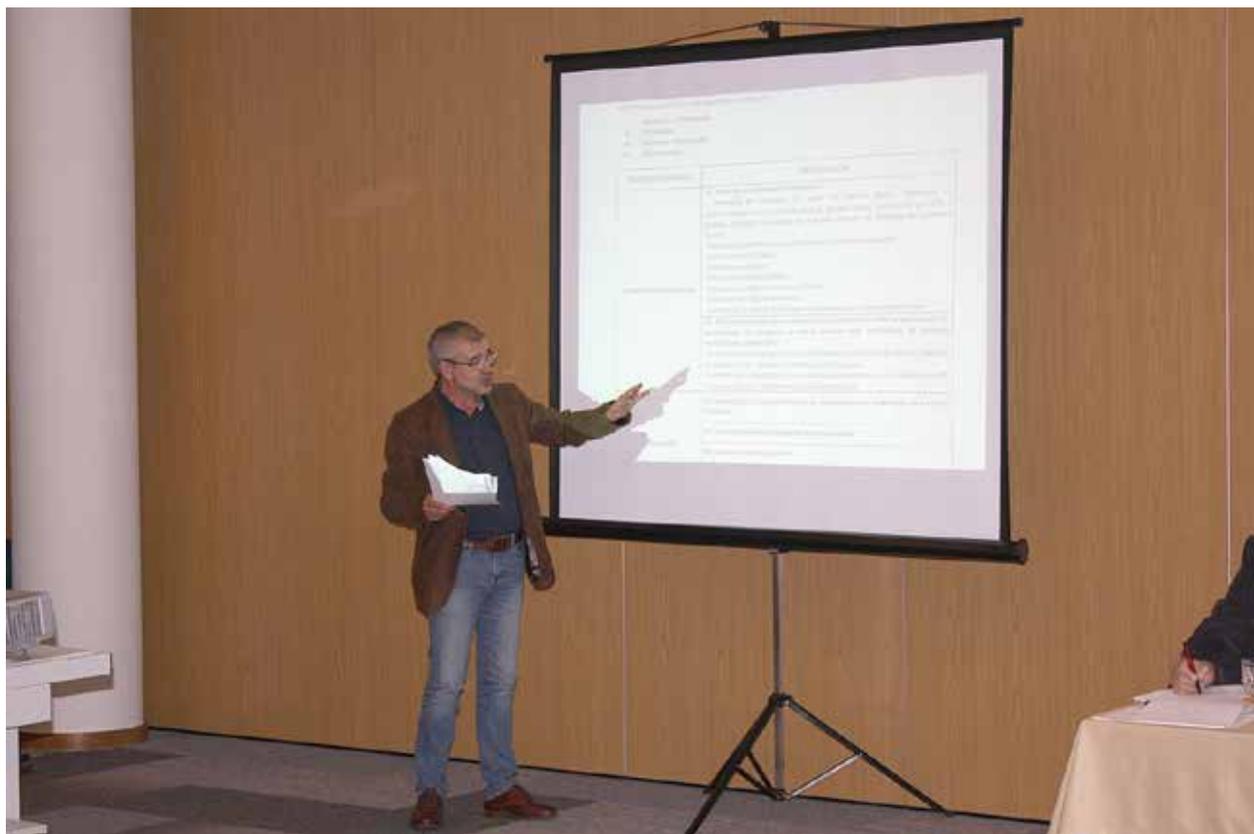
Desde logo, no mesmo dia da Assembleia Geral da CNIS (19 de novembro), mas da parte da tarde, realizar-se-á, no Hotel Cinquentenário, uma apresentação da ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário, para a qual estão convocadas as IPSS que integram os órgãos sociais das Uniãoes Distritais.

Este encontro vem na sequência de uma série de iniciativas que a CNIS vai realizar no sentido de promover o desenvolvimento do trabalho em rede, a nível nacional e internacional, com recurso a tecnologia digital, ou seja, a ROTASS.

Nesse sentido, a Confederação propõe-se promover reuniões de trabalho, com as Uniãoes Distritais, para debate de problemáticas emergentes da atividade das suas associadas no âmbito da economia social; criar uma plataforma para a gestão e divulgação de informação relevante para o setor, que centralizará informação de interesse para as associadas, nomeadamente incentivos ao emprego/formação, gestão e funcionamento diário das instituições e benchmarking; divulgar a informação pertinente às instituições e obter o feedback qualificado, tendo em vista a otimização do diálogo entre a CNIS e o poder central; promover ações de disseminação e partilha das operações realizadas e dos resultados obtidos; criar uma rede de âmbito transnacional, para intercâmbio e partilha de know-how, conhecimento e boas práticas.

DIA DA CNIS

Por outro lado, a Direção, como referiu o padre Lino Maia, “quer valorizar o Dia da CNIS”. Apesar de ser assinalado com diversas ações até ao final do ano de 2017, a 15 de Janeiro haverá a “apresentação pública de estudos feitos no âmbito do Centro de Estudos da CNIS”, que visam “tudo aquilo que é a Confederação”, como a Carta de Valores das IPSS, a sustentabilidade, a imaterialidade nas organizações, a Economia Social, entre outros



assuntos. “É uma maneira de valorizarmos a CNIS”, rematou o seu presidente.

A propósito de Economia Social, o padre Lino Maia abordou novamente a questão, lembrando que “há uma iniciativa para consensualizar a Economia Social” e frisando que “não há consenso”.

IPSS, Centros Sociais Paroquiais, Fundações, Institutos das Organizações religiosas e Santas Casas da Misericórdia, as equiparadas Casas do Povo, Cooperativas de Solidariedade Social e Mutualidades são as oito famílias que estão representadas na CNES.

O líder da CNIS recordou que “são oito famílias que cooperam com o Estado na ação social”, recordando que para as IPSS “o espaço é o social, a qualidade é a solidariedade, a estratégia é a cooperação e a filosofia é o envolvimento” e é isso que deve ser afirmado.

A este propósito, o presidente da CNIS lembrou que perante o anúncio da CASES da realização de um congresso da Economia Social já em 2018, “a presença da CNIS pode ser pela afirmação da identidade das IPSS”, uma realidade que é “caso único na Europa”, frisou,



questionando: “Que outro País, como em Portugal, tudo o que é deficiência está muito bem apoiado pela sociedade civil?”.

AFIRMAR A SOLIDARIEDADE

A questão da representação das IPSS é tida pela Direção como estrutural e para isso tem que, como afirmou João Dias na apresentação do Programa de Ação 2017, “tentar influenciar e dar contributo em cada uma das entidades em que a CNIS está representada”.



Procurar ter cada vez mais uma palavra a dizer, mas para tal é preciso estar preparado. Prosseguindo o objetivo da formação e capacitação, a CNIS já promoveu a Conferência «Menores não-acompanhados – Preparar o acolhimento», no passado dia 3 de novembro (ver páginas 12 e 13), e irá ainda realizar um seminário sobre empreendedorismo, inovação social e qualidade e um congresso temático sobre cidadania e inclusão, para além de toda uma série de iniciativas ao longo de todo o ano e não só.

No Programa de Ação apresentado aos conselheiros “é prioridade da CNIS afirmar o Setor Solidário em todas as suas dimensões e, em particular, na sua especificidade de prestador de serviço público cooperando com o Estado”.

A Direção lembra que “o Compromisso de Cooperação celebrado com o Estado e operacionalizado diariamente, em todo o território nacional, pelas IPSS, nas áreas da educação, emprego, formação profissional, saúde e solidariedade, exige que este seja permanentemente monitorizado, pois só assim será possível identificar contributos para o melhor adequar às necessidades das comunidades, das pessoas e dos recursos das instituições” e que “o compromisso da CNIS para o setor assenta, portanto, neste acompanhamento contínuo do Compromisso de Cooperação, mas também, na identificação de todas as variáveis que envolvam a atividade das IPSS e, com a sua participação através das Uniões e Federações, construir soluções para os atuais constrangimentos e desafios futuros”.

A partir daqui a Direção definiu como objetivos estratégicos para 2017: Cidadania e Solidariedade, Cooperação, Formação e Capacitação e Representação.

FESTA 2017: MADEIRA

Apresentados e esclarecidos o Programa de Ação e, depois, o Orçamento para o ano que se avizinha, o Conselho analisou outros assuntos, com destaque para os balanços muito



positivos acerca da realização do Encontro Nacional de Saúde e da Festa e Chama da Solidariedade em Coimbra.

“A adesão à Festa foi bastante grande, com muitas atuações e muito público de início ao fim”, relatou Eleutério Alves, enquanto Eduardo Mourinha, que acompanhou a Chama em todo o tempo, elogiou “o cumprimento de horários, que foi excelente”, e confirmou a “boa adesão das instituições e das autarquias”.

Também Horácio Santiago, presidente da União de Coimbra, se congratulou pelo êxito, apesar das “dificuldades iniciais” na organização do evento.

O presidente da CNIS oficializou a realização da Festa da Solidariedade 2017 na Madeira, com o padre Francisco Caldeira, presidente da UIPSS Madeira, a afirmar que “toda a gente será recebida de braços abertos”.

E para que tudo corra pelo melhor... “Seria bom preparar tudo com antecedência para que muita gente do Continente pudesse participar”, desejou o padre Francisco Caldeira.

Sobre outros assuntos, Henrique Rodrigues, assessor jurídico da Confederação, revelou ao Conselho que “a CNIS elaborou uma proposta, no âmbito do Regime Sancionatório, para que as IPSS com Acordo de Cooperação não devam estar sujeitas ao mesmo regime das entidades lucrativas”.



PRÉMIO FEMINA

Os conselheiros começaram a reunião de trabalho em Fátima com a aprovação e aclamação de um voto de louvor a Maria João Quintela, membro da Direção, pela atribuição do Prémio Femina 2016.

O Prémio Femina agracia as Notáveis Mulheres Portuguesas e da Lusofonia, oriundas de Portugal, dos Países de Expressão Portuguesa, das Comunidades Portuguesas e Lusófonas e luso-descendentes que se tenham distinguido com mérito ao nível profissional, cultural e humanitário no Mundo, pelo conhecimento e pelo seu relacionamento com outras culturas.

Da muita atividade que as Uniões Distritais e Federações deram conta na reunião, refira-se a inauguração da nova sede da URIPSS Algarve e a realização do 1º Encontro das IPSS de Bragança (25 de novembro) e do encontro sobre Gestão e Sustentabilidade das IPSS, em Coimbra (24 de novembro).

O Conselho Geral volta a reunir em sessão ordinária no ano de 2017. No próximo dia 19 de novembro, no Hotel Cinquentenário, em Fátima, realiza-se a Assembleia Geral Ordinária, com a apresentação dos documentos que irão guiar a atuação da Direção no próximo ano e posterior votação dos associados da CNIS.

OBRA DE PROMOÇÃO SOCIAL DO DISTRITO DE COIMBRA

Resiliência é o nome do meio da instituição

Os últimos anos de vida da Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra (OPSDC), que no passado mês de outubro completou 48 anos, têm sido de grande resiliência, prosseguindo o objetivo de melhorar e modernizar a respostas sociais que dão nos oito equipamentos que estão sob a sua alçada: seis creches e jardins-de-infância, um CAT e uma casa para jovens mães. No meio de tudo, uma pouco cooperante Segurança Social leva os dirigentes da Obra a mostrar algum amargo de boca.

A Obra começou numa iniciativa do então Governador Civil de Coimbra que passava por dar formação às pessoas, principalmente, às mulheres, porque os homens trabalhavam, do distrito de Coimbra.

Nesse contexto, Horácio Moura criou o Plano da Junta Rural, que consistia num grupo de educadores sociais andarem pelas povoações mais carenciadas a ensinar tarefas domésticas às mulheres, em áreas como a puericultura, os bordados, tratar dos filhos, etc.

“Isto era tudo importante, mas era necessário suporte jurídico. Então, o governador Horácio Moura criou, em 14 de Outubro de 1968, a OPSDC, que abrangia todo o distrito e dava suporte ao trabalho daquelas educadoras sociais”, conta Henrique Santos, presidente da Obra.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, a sociedade mudou e “as necessidades já não eram tanto de educar as mães para o dia-a-dia caseiro, mas criar condições para elas também poderem trabalhar e terem onde pôr os filhos” e, nesta altura, a instituição “dá outro salto” na sua organização.

Em parceria com associações locais, de moradores e outras, fizeram-se creches e jardins-de-infância, com suporte da Obra, que, desde essa altura, se dedicou a ter equipamentos para a infância, acabando com as educadoras sociais.

“Temos hoje seis creches e jardins-de-infância, mas já tivemos mais, como a de Paião, na Figueira da Foz, e a de Febres, em Cantanhede, que entretanto se autonomizaram”, refere o presidente da Obra, que entrou para a instituição, pela primeira vez, em 1980.

Atualmente, em Coimbra, a OPSDC tem equipamentos em Cruz dos Morouços («Passo a Passo»), em Eiras («O Paraíso da Criança») e no centro histórico da cidade («A Nossa Casinha»). Depois, tem ainda creches e jardins-de-infância em Santo Amaro da Boiça (Figueira da Foz), no Seixo de Mira (o Centro de Bem-Estar Infantil) e ainda a Casa da Criança de Mira. No total, estes seis estabelecimentos acolhem cerca de 300 crianças.

E se a resposta social à infância foi o caminho trilhado, depois da educação social em territórios rurais e deprimidos, em meados da década de 1990, a Obra acabou por abraçar outras respostas, mais voltadas para a juventude.

“O doutor Azevedo Sobral, que teve 20 anos na presidência da Obra, recebeu uma proposta



da Santa Casa da Misericórdia para ficar com o Preventório de Penacova, que acolhia rapazes e raparigas de famílias desestabilizadas, crianças da rua que a vida já tinha tratado muito mal”, recorda Henrique Santos, que considera que a Obra não estava preparada para aquela resposta social.

No entanto, a instituição acolheu a proposta da Santa Casa da Misericórdia de Penacova, mas como o edifício estava muito degradado, de tal forma que passados dois meses entrou em rutura, foi necessário encontrar uma solução.

Então, “a Obra instalou a valência no Instituto dos Cegos Oliveira Salazar, na Pedrulha, e passaram a conviver miúdos problemáticos e cegos”, lembra o presidente, que acrescenta: “A isto juntou-se ainda um Centro de Acolhimento Temporário e assim, a estrutura deixou de ser o Instituto dos Cegos e passou a ser o CAT do Loreto”.

Henrique Santos recorda que “houve vários constrangimentos e dificuldades” de início, que a instituição foi ultrapassando como pôde.

Posteriormente, a Obra foi convidada pela Fundação Bissaya Barreto a ficar, nos mesmos



moldes do que acontecera com o Preventório de Penacova, com a «Casa da Mãe», uma estrutura que acolhia jovens mães e mulheres vítimas de violência doméstica. A «Casa da Mãe» funcionava num edifício propriedade da Fundação Bissaya Barreto, onde continuou mediante o pagamento de uma renda mensal de 1.500 euros. Porém, em 2014 a Fundação instou a Obra a deixar o edifício, o que levantou graves problemas à instituição.

Entretanto, a «Casa da Mãe», que já só acolhia jovens mães solteiras, tinha como data limite



para deixar o edifício onde sempre funcionara o dia 31 de agosto de 2015.

Com alguns edifícios no Loreto desocupados, os responsáveis da Obra entenderam que a melhor forma de solucionar a situação e até passar a poupar 1.500 euros mensais era instalar a «Casa da Mãe» no Loreto. No entanto, era necessário realizar obras. E foi nesta altura que a instituição se deparou com diversos problemas, a começar pela identificação do proprietário da infraestrutura do Loreto, pois sem a posse da mesma a Obra não conseguia candidatar-se a fundos europeus, como pretendia.

Recorrendo a “um despacho que atribuía, por 20 anos, a gestão por comodato à Obra do equipamento do Loreto”, a instituição avançou com uma candidatura para requalificar a infraestrutura, para até 31 de agosto ali conseguir instalar as 10 jovens mães e seus bebês.

“Em Março de 2015 reorganizámos os edifícios, redistribuindo as três respostas sociais pelos espaços, mas precisávamos de avançar com as obras”, conta Henrique Santos, sublinhando que, como da Segurança Social nem recado, nem mandado, a instituição avançou com as obras em Maio: “O acordo que temos, desde 2009, com a Segurança Social diz textualmente que qualquer obra que seja necessário efetuar no Loreto seria da responsabilidade e paga pelo ISS. Sempre pensámos que o Estado era uma pessoa de bem e que nos iria ressarcir, por isso avançámos a expensas próprias”.

Com a intervenção feita, a Obra conseguiu “tornar independentes os espaços onde estão os jovens problemáticos e as jovens mães e seus bebês”, estava-se em meados de agosto.

“Acreditámos sempre que o Estado iria pagar as obras e fomos adiantando o dinheiro para as obras. Em meados de 2015, avaliámos que estávamos a descapitalizar a Obra. Então, logo em junho expusemos a situação ao ministro Mota Soares, pois tudo o que tínhamos pedido à Segurança Social não teve qualquer resposta”, lamenta Henrique Santos, que recorda: “Quando a Segurança Social se debruçou sobre o assunto, viu que também não era proprietária do equipamento do Loreto e a situação agravou-se porque aquilo era da Assembleia Distrital, que também acabou, passando o património para a CIM de Coimbra, que é um organismo que tem dificuldades de entendimento”.

De facto, o imbróglio quanto à propriedade do equipamento do Loreto era grande e antigo, o que colocou bastantes obstáculos à Obra para que conseguisse qualquer apoio por via de apoios oficiais.

“Este foi um primeiro problema que tivemos, mas quanto à parte financeira da obra, que orçou



em 216 mil euros, o anterior Governo nada deu e, entretanto, mudou o Governo e já expusemos a situação ao novo ministro. Até agora não recebemos um tostão”, lamenta o presidente da instituição, que se sente de certa forma frustrado: “Ainda não concluímos as obras todas a que nos propusemos, porque já era impossível financeiramente. Para pagar aos funcionários já tivemos que pedir um empréstimo bancário, dando o apartamento da sede como garantia”.

Tudo isto levanta novos problemas, porque é uma “situação que se reflete de forma negativa nas contas da Obra, pois obrigou a contrair um empréstimo e a viver no fio da navalha, fazendo uma gestão muito à vista”, argumenta Henrique Santos.

A Direção que tomou posse em 2012, com Henrique Santos na presidência e já com novos estatutos aprovados e com o fim das nomeações para os órgãos sociais, assumiu a gestão da Obra com o grande propósito de “recuperar e modernizar” a instituição.

“Neste particular, colocámos todos os estabelecimentos em rede, para facilitar a comunicação e a prática nos diversos equipamentos e começámos a recuperá-los paulatinamente. Fizemos isto tudo progressivamente e sem pôr em risco a gestão financeira, melhorando o que era possível melhorar e implementando procedimentos de qualidade em todos os equipamentos. Ou seja, desde 2012 fomos recuperando as instalações e modernizando a Obra para não perdermos o comboio”.

Funcionando em instalações antigas e bastante dispersas, a nova Direção começou por fazer com que os oito equipamentos “deixassem de ser oito capelinhas”, passando a fazer “uma gestão muito criteriosa, envolvendo as responsáveis por cada um dos equipamentos, para que a gestão seja ainda mais ajustada”.

Henrique Santos lembra que a Obra herdou situações físicas más, classificando mesmo o equipamento de Cruz de Morouços como um “sorvedor de dinheiro”.

Às preocupações financeiras, que o cumprimento por parte da Segurança Social resolveria

em grande medida, Henrique Santos tem uma outra e grande preocupação quanto ao futuro e que se prende com a falta de crianças.

“A taxa de natalidade é muito baixa, não há crianças, e depois a mensalidade leva em conta os rendimentos dos pais, que na maioria têm fracos recursos, pois estamos a falar de estabelecimentos em zonas periféricas e carenciadas da cidade”, constata, dando um exemplo paradigmático: “Até maio de 2015 o estabelecimento de Santo Amaro da Boiça andava na casa dos 10 mil euros de prejuízo. O mais certo é fechar o equipamento, porque a situação vai continuar igual ou pior, porque não há crianças na freguesia”.

À baixa taxa de natalidade junta-se a intenção do Estado em alargar o Pré-escolar aos três anos, “sendo que em Coimbra parece haver resposta pública para tal”.

Neste sentido, Henrique Santos questiona o caminho que está a ser seguido em Portugal: “Penso que atualmente a política social está muito mais virada para os idosos e não sei se é correto estar a privilegiar um setor em detrimento de outro”.

Mesmo assim, a Obra olha com esperança para o futuro. Enquanto a creche «A Nossa Casinha» já não será transferida para o Loreto, porque a Segurança Social não quer que a instituição saia do centro histórico, a instituição viu uma boa saída para as velhas instalações onde a valência funciona: “Soubemos, entretanto, que a Câmara recuperou um edifício, no largo da Sé Velha, para creche e jardim-de-infância e, desde logo, candidatámo-nos a explorar o espaço. A anterior Câmara não disse que não e esta nova quer pôr a gestão a concurso. Iremos concorrer, porque estamos inseridos na zona, temos o know-how e esse é um dos nossos anseios. Só que o concurso público não ata nem desata e o edifício está para abrir desde abril do ano passado!”.

O que os responsáveis pela Obra esperam é que estes pendentes com a Segurança Social e a Câmara Municipal sejam resolvidos e, dessa forma, possam prosseguir a sua missão de maneira mais proactiva.

ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

Trabalhar por uma plena inclusão

Primogénito da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, fundada em Lisboa em 1960, o Núcleo Regional do Norte da APPC nasceu em 1974 e, em 2003, autonomizou-se, à semelhança dos restantes 12 núcleos regionais, passando a designar-se Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC). Hoje serve mais de 2.000 utentes/clientes, com uma equipa de mais de 250 funcionários, espalhados por três grandes polos: Porto, Maceda e Gondomar.

O primeiro grande salto qualitativo na prestação de serviços da APPC foi a criação, logo em 1975, do Centro de Reabilitação do Porto, que hoje serve 1.400 utentes e, entre outras respostas, é o maior centro prescriptor de produtos de apoio do País.

Com o firme propósito de trabalhar a inclusão, a APPC tem a esmagadora maioria dos seus serviços abertos a toda(s) a(s) comunidade(s), com e sem deficiência.

“A unidade residencial da Villa Urbana é o único serviço exclusivo para pessoas com paralisia cerebral. Os CAO são para multideficiência, sendo a paralisia cerebral critério de prioridade, mas os demais serviços que existem na Villa Urbana de Valbom são para pessoas com e sem deficiência, seja ela qual for. Nos restantes serviços de todos os polos o critério é a faixa etária e não a condição de saúde”, explica Liliana Araújo, diretora-técnica da Villa Urbana de Valbom, a coqueluche da APPC, por ser o equipamento onde a inclusão é trabalhada mais a fundo.

Isto é, na Villa Urbana, polo de Gondomar, partilham o mesmo espaço crianças, dos três aos 12 anos, com e sem deficiência, e jovens e adultos com paralisia cerebral ou portadores de outras deficiências.

No mesmo espaço, para além da unidade residencial, que acolhe 32 utentes, e um CAO, frequentado por 30 utentes, existe ainda um jardim-de-infância, com 70 crianças, um ATL, com 40 petizes, e ainda um Centro Comunitário, que trabalha com 98 utentes, sendo que apenas 50 estão cobertos por acordo de cooperação. Depois, e porque a APPC, desde setembro de 2014, possui também uma creche, com 28 bebês, dos quatro meses aos três anos, estes frequentemente participam em atividades na Villa Urbana.

Ou seja, a Villa Urbana da APPC é um projeto de inclusão, que nasceu por causa da unidade residencial, mas que pretende, acima de tudo, trabalhar a integração das pessoas com paralisia cerebral e não só.

“A grande vantagem deste espaço e do funcionamento da Villa Urbana é que desde os três anos, porque a creche não é neste espaço físico, eles fazem tudo em conjunto, em espaços como o refeitório e outros que são comuns”, frisa Liliana Araújo.

Mas a APPC é muito mais do que a Villa Urbana. Dividida em três grandes polos



– Porto, Maceda e Gondomar –, a APPC gere ainda mais CAO (55 utentes), um CAO Ambulatório (50), uma unidade residencial temporária (22), um Centro de Recursos para a Inclusão (565), duas ELI – Equipas Locais de Intervenção (Porto Oriental e Gondomar), uma Cantina Social (64 refeições/dia), um Gabinete de Ajuda Mútua (quatro grupos com cerca de 40 pessoas), um GIPI – Gabinete de Inserção Profissional Inclusivo, um Centro de Recursos para o Emprego, uma Academia de Pais, desenvolvendo ainda diversos projetos, na área do teatro ou do Desporto Adaptado. Aliás, relativamente a este último, a APPC conta entre os seus com um campeão do mundo e um medalhado de bronze por equipas nos Paralímpicos do Rio2016 em boccia.

E se a infância, a terceira idade e a deficiência estão abrangidas pelas valências da APPC, também os jovens ali têm lugar.

“Este ano terminámos um projeto que era o Espaço Jovem, que criámos porque o ATL termina aos 12 anos, com o qual dávamos resposta a jovens até aos 18 anos. E, em substituição, este ano lançámos um outro projeto com o apoio do Jumbo e criámos o Playground



Digital, onde funciona um serviço pós-escolar para jovens até aos 18 anos, com e sem deficiência”, revela a diretora-técnica da Villa Urbana, que acrescenta: “Tem um funcionamento inclusivo para qualquer criança ou jovem que precise de uma resposta pós-escolar. E esta resposta tem três vertentes muito importantes, que são a ocupacional, a nutricional e o emprego. Como também somos Centro de Recursos para o Emprego (CRE), os jovens que por aqui passem e tenham deficiência serão mais precocemente preparados para o

trabalho. Daí este projeto ser mais completo do que o anterior”.

Quando entrou em funcionamento em 2004, a Villa Urbana já carregava consigo o propósito de ser um espaço inclusivo.

“Por alguma razão este equipamento arrancou com o ATL, apesar de o grande propósito ser a criação da residência. Assim, quando os utentes vieram para os apartamentos, as crianças já cá estavam. Ao contrário seria mais complicado”, reconhece Abílio Cunha, presidente da APPC e também ele com paralisia cerebral, sublinhando: “Desde o início que, no âmbito do objetivo da inclusão, quisemos que este edifício fosse da comunidade e para a comunidade”.

Há 12 anos ali instalados, com o jardim-de-infância a funcionar desde 2010, Liliana Araújo mostra-se agradada: “As nossas expectativas em relação à abertura da sociedade foram largamente superadas. Por exemplo, nós nunca fechamos o portão e isso fazia muita confusão aos pais das pessoas que vinham para cá residir. Porém, estamos a falar de pessoas que sempre viveram em casa dos pais e que vêm para cá por vontade própria. Estas não são pessoas institucionalizadas porque, por exemplo, os pais já não conseguem cuidar deles. Não, são pessoas que sabem o que fazer com a sua própria vida, que têm projetos, que durante o dia saem para trabalhar, para estudar ou para programas ocupacionais. Como qualquer pessoa, com 20 e tal ou 30 anos, estas pessoas querem ter uma vida independente. E para os recebermos bem temos que ter a comunidade muito bem trabalhada ou, então, vamos ter aqui algo muito isolado. O que fizemos foi informação sobre como atender pessoas com paralisia cerebral na Junta de Freguesia, na PSP e nas grandes superfícies, criando uma rede para atender estas pessoas quando cá chegassem. E hoje eles vão ao supermercado e não são tratados como uns coitadinhos. Toda a comunidade foi convidada a vir conhecer a instituição e temos já diversas parcerias”.

É nesta perspetiva que surge a creche, em 2014, “uma necessidade que os pais tinham manifestado”, realça Liliana Araújo e que Abílio Cunha complementa: “Primeiro, era um serviço que ainda não tínhamos, depois, é uma evidência que cada vez há menos crianças e, como temos um ATL e um jardim infantil, temos que ter alimento para eles. Este ano, pela primeira vez, conseguimos ter logo em setembro a lotação total. As salas iam enchendo ao longo do ano, mas fruto da nossa aposta na creche, este ano enchemos o jardim infantil logo no início do ano letivo”.

No entanto, criar o pré-escolar e abraçar a creche foi “uma aventura, que ainda meteu uma rasteira”, explica Liliana Araújo: “Tudo nasceu de um erro na cota do terreno, que criou mais um piso no edificado, para onde nada estava previsto, e que funcionava para estacionamento de viaturas. Entretanto, surgiram uma série de projetos para lá, mas que não nos interessavam. Então, em 2007, no âmbito do alargamento da rede de pré-escolar, nós candidatámo-nos. A Carta Social dizia que havia necessidade, o centro infantil, aqui ao lado que é da Segurança Social, tinha



previsto fechar as salas de pré-escolar, ficando só com a creche, pelo que o parecer foi-nos bastante favorável. Fizemos a construção de quatro salas para 100 crianças, mas o acordo de cooperação não saiu... e o centro infantil não fechou as salas”.

Esta situação criou graves constrangimentos à instituição, que “suportou todos os custos durante um ano, praticando mensalidades como se houvesse acordo”, só que “a situação ficou incomportável e acabaram por ficar apenas os que conseguiam pagar a mensalidade máxima”.

Entretanto, a Segurança Social protocolizou a valência com a APPC e “a resposta conseguiu sobreviver”. E se ainda houve um ano em que acolheu 90 meninos (a capacidade estabelecida é de 99), a instituição optou por se ficar pelos 70, por questões de segurança económica.

Com a conhecida redução da taxa de natalidade e face às elevadas listas de espera para a resposta de CAO, porquê abrir uma creche e não mais um CAO?

A resposta sai pronta a Liliana Araújo: “Por duas razões óbvias, uma financeira e de sustentabilidade clara e outra pela nossa missão enquanto acompanhantes de pessoas com deficiência”.

Para a diretora-técnica, optar por mais um CAO seria desvirtuar o propósito da Villa Urbana: “A primeira é uma razão de sustentabilidade, os CAO dão um prejuízo gigante. O peso da deficiência é muito grande, por exemplo, em termos de pessoal. O rácio que nos pedem para a unidade residencial para 32 utentes é de 14 auxiliares. Nós temos 21 e não chega. É um investimento da APPC muito grande. Por outro lado, na resposta à infância não é assim, o que dá para equilibrar as coisas. Outro CAO neste edifício mataria o equipamento. A segunda razão óbvia é o propósito para o qual este edifício foi pensado, ou seja, para ser inclusivo e não só para a deficiência. Assim, mais crianças, mais pais, mais informação à comunidade sobre a deficiência, mais



facilmente a inclusão acontece”.

Gerir uma casa tão grande não é fácil, mas desde 2008 que a Direção pratica uma política de gestão assente na descentralização, com cada um dos três polos a ter autonomia em determinadas matérias, libertando assim a cúpula para questões mais políticas.

“Fazemos uma gestão partilhada, em que raramente se vê quem lidera, porque toda a gente é convidada a dar o seu contributo”, sustenta o presidente Abílio Cunha, que sobre as finanças da APPC diz: “A nossa gestão tem sido muito ajuizada e temos conseguido manter as contas dentro do que é exigido a estas instituições. Não esqueçamos que o nosso orçamento é de quase cinco milhões de euros!”.

Quanto ao futuro, o grande projeto passa pelo edifício-sede da APPC.

“A nossa sede, em Arca d’Água, é uma casa lindíssima do início do século passado, mas que só não cai porque é de pedra, pois o interior já não tem condições para funcionar e ainda lá temos um CAO. Já temos um projeto na Câmara para a zona da Asprela, onde temos um terreno cedido pela autarquia, para passar os serviços que temos na sede, em especial o CAO, e para criarmos uma nova resposta social”, refere Abílio Cunha, desvendando: “O que queremos ali fazer, no âmbito da inclusão, é uma residência universitária para estudantes com e sem mobilidade reduzida”.



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO BENTO, RIBEIRA BRAVA

Celebrar duas décadas de olhos no futuro

O Centro Social e Paroquial de São Bento (CSPSB) da Ribeira Brava comemorou o seu 20º aniversário e, para assinalar a data, houve uma festa no Lar de São Bento com churrasco, animação musical e socialização entre dirigentes, entidades oficiais, funcionários, amigos do Centro e outros convidados.

Com a festa, e através da dinamização de atividades de lazer, a intenção era fomentar a motivação profissional, promover o convívio, a relação e o espírito de equipa. E esta é uma forma de desenvolver relações interpessoais próximas e fluídas com todas as valências da instituição, mostrando a cada funcionário a importância da união de todos para um melhor desenvolvimento das atividades laborais como um todo. Para muitos, este é um momento único no ano, na medida em que é uma possibilidade de reencontrarem os colegas e de experienciar momentos diferentes, enquanto dão um pezinho de dança.

De facto, passaram duas décadas desde que um grupo da comunidade de Ribeira Brava uniu esforços por uma causa, em prol da população com vulnerabilidades ao nível do apoio às crianças e aos idosos do concelho. A instituição foi crescendo e abraçou a política de fazer mais e melhor. A qualidade, a inovação e a solidariedade são o pilar da sua intervenção.

Na prossecução dos seus objetivos, a instituição desenvolve as valências de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), Residência para Idosos, Centro de Dia, Centro de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário e ainda Apoio Social na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados e Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

A celebração dos 20 anos de vida do Centro Social e Paroquial de S. Bento da Ribeira Brava, na ilha da Madeira, teve como cereja no topo do bolo (de aniversário) a apresentação do



livro «O Pequeno Rodrigo», da autoria de Magna Rodrigues, diretora-técnica da Casa de Abrigo, que tem ilustrações elaboradas pelas crianças da instituição.

A história debruça-se sobre a problemática da violência doméstica e a difícil decisão de integrar uma Casa de Abrigo, retratando experiências e a importância do apreço e da valorização de cada um.

Os responsáveis do CSPSB pretendem utilizar o livro como instrumento no momento do acolhimento na Casa de Abrigo, visto esclarecer dúvidas, quer das mulheres quer das crianças.

Por outro lado, é também uma forma de sensibilização para aquelas famílias que vivenciam situações de violência doméstica e que ainda não tiveram a coragem de abandonar essas relações abusivas.



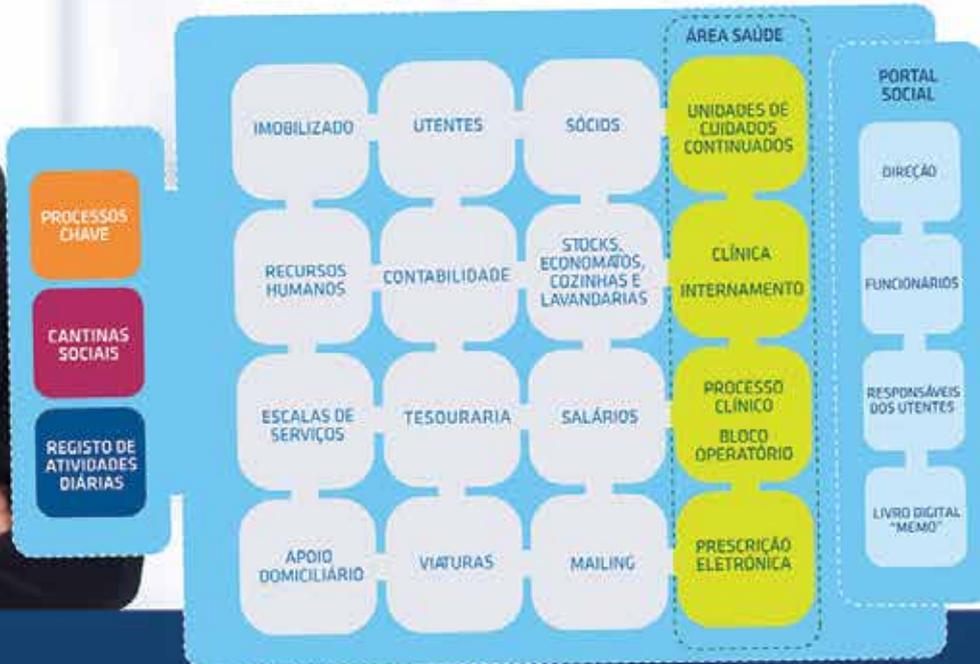
SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO
(DL n.º 172-A/2014)

Em 2016 a **FORMAÇÃO CERTIFICADA F3M** já ultrapassou **OS 2000 PARTICIPANTES**
Consulte o **PLANO DE FORMAÇÃO F3M 2016** em www.f3m.pt



A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



MAIS DE 3000 INSTITUIÇÕES CLIENTES



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mais de 1700 pessoas integradas no Plano para Agressores

Mais de 1.700 pessoas estavam, no final de setembro último, integradas ou já tinham terminado o Plano para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), disse, em Lisboa, o diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Dos 1.706 homens que integravam o PAVD, 63,1% foram condenados a penas de prisão efetiva de prisão suspensa na execução (52,7,6% com regime de prova e 10,8% com imposição de regras de conduta), a 35,6% foi aplicada a suspensão provisória do processo e a 0,9% foram aplicadas medidas de coação residuais, adiantou Celso Manata.

O diretor-geral, que falava no seminário “Violência Doméstica: As suas Dimensões”, adiantou que a 30 de setembro as equipas de reinserção social acompanhavam 715 homens distribuídos pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do norte (288 casos), Lisboa (262 casos), centro (84 casos) e sul (81 casos).

A 01 de janeiro deste ano, as equipas de reinserção social acompanhavam 797 homens em PAVD. Destes, a maioria encontrava-se em cumprimento de uma suspensão da execução da pena de prisão (52,9% com regime de prova e 9,9 com imposição de regras de conduta), seguidos de situações de suspensão provisória do processo (37,1%) e medidas de coação (0,4%), acrescentou o diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

De 01 de janeiro a 30 de setembro passado, registou-se um aumento de processos submetidos

ao Plano para Agressores de Violência Doméstica, tendo o número de novos casos (328) superado o número de processos terminados (273), referiu Celso Manata.

Atualmente estão detidos 560 homens condenados pelo crime de violência doméstica, indicou, acrescentando estar “em fase de conclusão o programa dirigido a estes agressores e que é inspirado no modelo de intervenção do PAVD em aplicação em contexto comunitário”.

Relativamente a anos anteriores, Celso Manata disse que em 2014 os tribunais solicitaram às equipas de reinserção social que interviessem junto de 2.833 homens indiciados/condenados pelo crime de violência doméstica sobre cônjuge ou análogos, tendo 9,8 do total sido obrigado a frequentar PAVD.

Em 2015, os pedidos cifraram-se em 3.942, tendo o PAVD sido aplicado a 10,3% dos arguidos do sexo masculino.

O Plano para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) começou em 2009, a título experimental, no norte, tendo-se depois, progressivamente, alargado a todo o território português a partir de 2012, com exceção da comarca de Cascais, onde existe um programa específico.

Aplicado pelos tribunais e executado pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o PAVD é dirigido a acusados/condenados pelo crime de violência doméstica tipificado no artigo 152 do Código Penal sempre que o agressor, do sexo masculino, mantém ou tenha

mantido relação de intimidade com a vítima do sexo feminino, referiu Celso Manata.

Destinado a promover nos agressores a consciência e assunção de responsabilidades do comportamento violento e a utilização de estratégias alternativas ao mesmo, com vista à diminuição da reincidência criminal, o plano pode ser aplicado no âmbito de qualquer pena ou medida judicial de execução na comunidade, com duração mínima de 18 meses, em medida de coação, suspensão provisória do processo, suspensão de execução da pena, como pena acessória ou agregado ao sistema de Vigilância Eletrónica.

O plano, que funciona como um todo, divide-se em três fases e o seu cumprimento depende da realização em sequência de cada uma das fases.

A primeira fase consiste na gestão individual do caso com recurso a técnicas motivacionais, a segunda, numa abordagem psicoeducacional em que há uma intervenção de grupo, com 2º sessões estruturadas onde se trabalham temas associados à violência conjugal, e a terceira, e última fase, direcionado para a prevenção da recaída, com acompanhamento individual de forma a consolidar as aprendizagens e a prevenir a reincidência criminal.

O PAVD contempla ainda a intervenção junto da vítima/companheira, de forma a avaliar o risco de reincidência do agressor e a proporcionar aquele enquadramento por entidade de apoio à vítima.

IGUALDADE EM PORTUGAL

Mulheres trabalham mais 61 dias por ano sem remuneração

As mulheres portuguesas trabalham, em média, mais 61 dias por ano sem remuneração, em comparação com os homens, apesar dos progressos conseguidos em termos de habilitações académicas e experiência profissional.

Esta é a conclusão da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), que assinala o Dia Europeu pela Igualdade Salarial, e pretende alertar para o número de dias em que as mulheres trabalham, por comparação com os homens, sem remuneração.

De acordo com os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP-MTSS), os salários médios das mulheres são inferiores em 16,7% aos dos homens, o que corresponde a menos 61 dias de trabalho remunerado.

Ou seja, de acordo com a CITE, “seria como se a partir de 01 de novembro as mulheres deixassem de ser remuneradas pelo seu trabalho, enquanto os homens continuavam a receber o seu salário até ao final do ano”.

Apesar de a diferença salarial entre géneros ter diminuído de 17,9% para 16,7%, entre 2013 e 2014, as desigualdades salariais persistem entre homens e mulheres.

“Uma das principais razões para esta redução terá sido o aumento do salário mínimo

nacional, em outubro de 2014, uma vez que a proporção de mulheres abrangidas pelo salário mínimo é consideravelmente superior à dos homens”, destaca a CITE.

No entanto, a Comissão chama a atenção para o facto de esta “desvalorização salarial ocorrida em 2014 poder também ter contribuído para a redução da disparidade salarial de género, por ter incidido com maior acuidade nos salários dos homens, tendencialmente mais elevados”.

A este propósito, os dados apontam que a remuneração média mensal base dos homens diminuiu 0,9% em 2014, o equivalente a menos 9 euros por mês, face ao ano anterior, enquanto a das mulheres sofreu uma redução de 0,5%, ou seja, menos 4 euros por mês.

A CITE estima, contudo, que “o acordo relativo à atualização do salário mínimo nacional, com efeitos desde 01 de janeiro de 2016, possa ter um impacto positivo do ponto de vista da redução da disparidade salarial de género”.

Já ao nível europeu, dados da Comissão Europeia (CE) indicam que o salário médio por hora das mulheres na Europa é 16,7% mais baixo do que o dos

homens, ou seja, “as mulheres trabalham de graça durante 16% do ano”.

A CE adverte que “ao ritmo atual, as disparidades salariais entre homens e mulheres estão a diminuir tão lentamente que até 2086 as mulheres não auferirão o mesmo que os homens”.



CONFERÊNCIA REFUGIADOS

Para que o acolhimento não seja voluntarista

“O acolhimento não pode ser voluntarista, demasiado depressa e sem preparação”, disse o padre Lino Maia na sessão de abertura da conferência «Menores não-acompanhados – Preparar o acolhimento», que a CNIS promoveu no Porto, sublinhando: “Por isso, isto é um encontro académico”. O presidente da CNIS acabaria por reforçar a ideia, já no final, dizendo que a jornada passada no auditório do Museu Nacional de Soares dos Reis havia sido “um excelente dia de reflexão e académico”.

A proposta inicial era simples: Há inúmeros refugiados menores sozinhos e há que encontrar uma resposta, portanto há que preparar o caminho.

E foi isso que mais de uma centena de dirigentes, técnicos, colaboradores e voluntários de diversas IPSS de todo o País fizeram ao longo do dia de ontem, debatendo as especificidades do ser refugiado, menor e sozinho, exibindo números, histórias e explicando os enquadramentos legais e tudo o que envolve acolher, como um deles os intitulou, estes “filhos de um Deus menor”.

O presidente da CNIS lembrou que “quem melhor pode acolher estas crianças é quem tem sensibilidade de proximidade e está próximo de quem mais precisa”, uma ideia que a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino prosseguiu: “O que fazemos, Estado e sociedade civil, nestas áreas é cooperação, de forma integrada e articulada. Não é parceria, nem consórcio, é cooperação”.

De resto, a governante acabaria por ser a primeira a falar em algo que foi uma constante nas intervenções ao longo de todo o dia: “Estamos aqui para falar do superior interesse das crianças e jovens e do seu desenvolvimento humano”.

Catarina Marcelino lembrou que “até para nascer é preciso ter sorte”, por isso: “As nossas portas estão abertas para que ninguém fique para trás”.

Seguiu-se uma longa jornada de trabalhos, com a participação de diversos oradores de reconhecida reputação. No entanto, um dos momentos mais significativo e mais significativo do dia foi a participação de quatro jovens – a Joana, a Catarina, o Ivo e o Cristiano –, com 11 e 12 anos, dando voz à própria experiência de acolhimento de outras crianças refugiadas. Os quatro estudantes partilharam como foi e como tem sido a vivência na escola e no ATL, para além de expressarem as suas preocupações.

Com moderação de João Dias, da CNIS, e a participação surpresa de Armando Leandro, “talvez a pessoa que mais associemos à defesa dos direitos das crianças”, como referiu o moderador, os quatro petizes deram aos presentes uma perspetiva, em momento algum infantil, mas apenas própria da idade. No entanto, demonstraram que a sua voz é válida como qualquer outra.



No final, os irmãos Ivo e Joana revelaram que, depois de em casa terem selecionado uma série de roupa e outros artigos decidiram lançar um projeto na escola para angariação de mais roupa para os jovens refugiados e suas famílias. Porém, tal não avançou e foi de cara triste que lamentaram o facto de a escola não os ter acompanhado.

Nas restantes mesas sucederam-se intervenções que deram conta do que está a falhar, de qual é o estatuto destas crianças e jovens refugiados e lançaram-se algumas pistas sobre a(s) melhor(es) forma(s) de acolher e integrar.

Sobre a «Crise de refugiados – em que medida está a comunidade internacional a falhar», o primeiro tema da conferência, Teresa Tito de Moraes, presidente do Conselho Português para os Refugiados (CPR), recordou que “é sobretudo a Europa que está a falhar”.

“A União Europeia tem na sua génese a livre circulação de serviços e bens, mas o mesmo não se aplica às pessoas”, exemplificou, destacando que “a grande preocupação no CPR é a estabilização emocional das crianças e dar respostas aos seus anseios, o que pode ser feito com



o desporto, a música, o teatro e tantas outras atividades”.

Já Assunção do Vale Pereira, docente da Universidade do Minho, considerou essencial que “os países atuem no âmbito dos Direitos Humanos no acolhimento aos refugiados” e “educar as pessoas para os Direitos Humanos e para o Direito Humanitário”.

Para além disto, a docente de Direito encontra um sério problema em toda esta questão, é que “as democracias da Europa assentam muito a sua ação na opinião pública, e esta nem



sempre está bem informada e esclarecida”, defendendo que “é fundamental que haja informação credível”.

Por seu turno, o eurodeputado Carlos Coelho começou por dizer que “teoricamente todos concordam com uma política comum de asilo na Europa, mas na prática não funciona”, o que cria um problema grande, pois “é uma evidência que, não havendo fronteiras, tem que haver uma política de asilo e de imigração comum”.

Para o eurodeputado, “a Europa falhou na emergência humanitária, falhou na solidariedade europeia e falhou nas soluções estruturais”, justificando cada uma delas com números e concluindo: “Falhámos em toda a linha, em especial pela fraca adesão dos Estados-membros. Receber refugiados é uma obrigação ética, mas, para além de dar visibilidade às situações, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia não podem obrigar os Estados-membros a portar-se bem!”.

Já no segundo painel, dedicado ao tema «Menores não-acompanhados com estatuto de proteção internacional reconhecido», Ana Rita Gil, investigadora do CEDIS, lembrou o aumento, em 2016, do fluxo migratório de crianças, contextualizando a situação atual da crise de refugiados que a Europa vive e sublinhando que é “dever jurídico dos Estados a proteção de crianças refugiadas”.

De seguida, Armando Leandro, presidente da CrescerSer, destacou a “grande garantia” que é “todas as crianças em Portugal, sejam portuguesas ou não, têm direito à proteção e à promoção dos seus direitos”, sublinhando ainda que aquelas devem ter “representação jurídica capaz” que deve ser “efetiva, afetiva, próxima e competente” e garantir que se “estabelece uma guarda de facto”.

Fundamental, para o juiz conselheiro, em todo o processo de acolhimento é “ouvir as crianças”.

Aliás, aquando da participação no painel composto pelos quatro petizes, Armando Leandro reforçou esta ideia, dizendo: “Sem ouvir as crianças não conseguimos decidir bem”.



Mariana Canotilho, pós-graduada em Direitos Humanos, começou por lembrar que “as obrigações do Estado estão na Constituição da República”, acrescentando que “a primeira obrigação do Estado é fazer o que a CNIS está a fazer: estudar o problema, antecipar soluções e implementá-las”.

Para Mariana Canotilho, deve começar-se pelo princípio pelo que “é preciso formar as famílias e as pessoas” para o acolhimento.

«Como acolher e integrar menores de outros contextos» reuniu em torno da mesa Norberto Martins, magistrado do Ministério Público, e Ana Rodrigues, investigadora e uma das principais responsáveis pela conferência da CNIS, para debaterem o derradeiro tema do encontro, com moderação de Pedro Cruz Calado, Alto-Comissário para as Migrações.

Antes, o presidente da CNIS leu o texto enviado pelo vice-presidente da Assembleia da República, José Manuel Pureza, que se viu impossibilitado de estar presente, mas não quis deixar de participar.

Numa alocução intitulada «O lugar da dimensão religiosa no acolhimento de menores não-acompanhados. Contributos para uma reflexão», o deputado, entre muitas outras ideias, sustentou: “Confundir laicidade do Estado com laicidade da sociedade é um erro grave, com resultados sociais desastrosos. A educação para a laicidade não é uma educação para o vazio



religioso, é uma educação para o pluralismo, a multiculturalidade e interculturalidade e não para o silenciamento do religioso”.

A fechar o dia de trabalhos, o padre José Baptista, da Direção da CNIS, comunicou as conclusões à audiência, enquanto o padre Lino Maia se despediu com um desafio à plateia: “Vamos acolhê-los com muito afeto e deixá-los crescer”.

A sessão foi encerrada pelo secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, que sustentou que, “sendo Portugal um país de emigrantes, não pode ficar alheio à realidade que estas pessoas estão a viver”, sublinhando que é necessário “o compromisso de uma Europa unida e solidária”.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Sinais de desumanização

A escolha deste título foi-me sugerida pela recente denúncia do Papa Francisco à facilidade com que o grande capital, ancorado em Governos que lhe prestam vassalagem, dá todo o dinheiro à banca para “lavar” muitos dos seus desvarios, negando igual apoio financeiro a tantas organizações que se vêm impedidas de poder organizar adequadas ajudas a milhões de pessoas que enfrentam dramáticas situações de catástrofes humanas (como é o caso dos refugiados)!

Sem renunciarmos ao direito à ESPERANÇA num mundo mais humanizado que assegure a TODOS o acesso aos mais elementares direitos humanos e sociais, assiste-nos também o DEVER de denúncia de todos os atentados feitos contra a DIGNIDADE HUMANA (aconteçam onde acontecerem, perpetrados seja por quem for)!

Infelizmente, também neste nosso retângulo português, entre outras desumanidades que por cá vão acontecendo, com especial destaque para as consequências de uma “austeridade sem limites” que nos foi imposta pela troika, merecem especial destaque: o grande número de crianças em situação de pobreza, os vários milhares de idosos pobres, sós e doentes, as mais de 15 mil famílias em situação de desemprego!

Foi-nos prometido um TEMPO NOVO!

Em abono da verdade, teremos de reconhecer que foram adotadas algumas medidas de política social que sinalizaram a atenção do Governo sobre os cidadãos mais carenciados.

Porém, para ainda na sociedade portuguesa a imagem das muitas desigualdades sociais resultantes do modelo económico e de políticas fiscais desajustadas que se têm revelado incapazes de garantir uma maior equidade no acesso à riqueza produzida no país!

Aliás, a opinião pública tem dado sinais de que não aceita que, a uns, se negue um pequeno aumento de reformas, para, a outros, se oferecerem, de bandeja, à custa do erário público, chorudos salários!

Como cidadãos atentos às consequências da globalização, para além da análise crítica à matriz de desenvolvimento económico, social e humano que tem inspirado as políticas europeias e nacionais, teremos de seguir também, com interesse, um conjunto de coordenadas geoestratégicas, mais de natureza política, tais como: o resultado das eleições norte-americanas, a evolução na União Europeia



(especialmente em relação às consequências do “brexit” da Grã-Bretanha e de outras eventuais saídas da União), tudo o que se está a passar na Rússia, na Turquia, na Síria, sem esquecer a ameaça permanente do terrorismo!

Esperemos que a Natureza, que tem sido tão maltratada, não se lembre também fazer os seus estragos (como aconteceu, recentemente, em Itália).

Felizmente, nos últimos tempos, têm merecido um lugar de destaque na agenda das nações poderosas as questões de defesa do ambiente, da ecologia!

Não podemos limitar-nos a ser “profetas das desgraças”. Temos, isso sim, de nos assumir, em nome da nossa cidadania humana e política, como “sentinelas” que não querem adormecer!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Cidades mártires

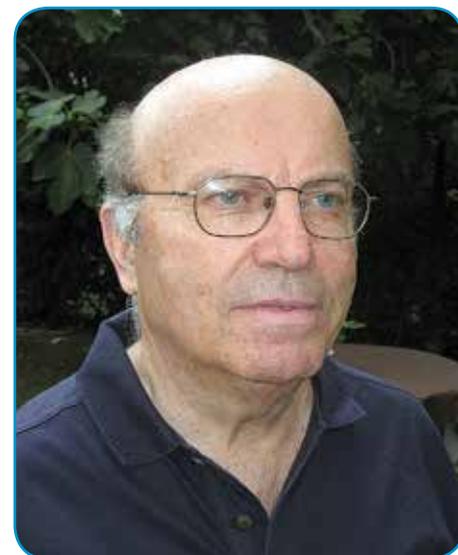
Em todas as guerras de grande dimensão, há sempre cidades que são particularmente atingidas pela irracionalidade dos combates e, sobretudo, dos bombardeamentos aéreos. São cidades que bem podiam passar à História como cidades mártires. Vamos lembrar particularmente três, duas delas ainda em pleno martírio.

Em Abril de 1937, uma esquadrilha de quarenta aviões alemães, ao serviço do general Franco, levou a cabo um bombardeamento inesperado e brutal sobre Guernica, uma pequena e desconhecida cidade basca que, aparentemente, não tinha qualquer importância militar no contexto da guerra civil espanhola. Esse bombardeamento, que arrasou aquela povoação, ficou para a História como uma das páginas mais negras daquele conflito, e foi immortalizado no famoso quadro de Pablo Picasso que todos conhecem ou de que todos já ouviram falar.

Recentemente, um jornal do país vizinho fazia uma breve alusão a este episódio da guerra civil espanhola, a propósito dos bombardeamentos que aviões sírios e russos vêm fazendo sobre a cidade

de Aleppo, na Síria. Ao contrário do que aconteceu com Guernica, trata-se, neste caso, de uma grande cidade, a segunda daquele país, em população e em importância histórica, e é sobre ela que, nas últimas semanas, os modernos bombardeiros da aviação da Síria e da Rússia têm descarregado as suas bombas, a um ritmo que não conhece descanso. O resultado tem sido a destruição do seu património histórico e cultural e a morte de centenas ou milhares de civis indefesos, entre os quais muitas crianças. As imagens que no chegam, via televisão, dão-nos uma ideia aproximada do horror e da loucura a que chegou esta guerra.

Ao contrário do que aconteceu com a tragédia de Guernica, que precisou de alguns anos para se tornar conhecida em todos os seus contornos, o que se passa em Aleppo chega quase instantaneamente a todo o mundo e está a agravar ainda mais as já tensas relações entre os países do Ocidente e a Rússia. O cancelamento da viagem oficial de Vladimir Putin a Paris foi apenas a expressão mais próxima e visível desse agravamento. O regime de Bashar al Assad não é apenas responsável pelo incremento da



tragédia dos refugiados, mas também pelas ameaças que se erguem hoje à Paz no mundo. Imaginar que Holanda não incluiria Aleppo na agenda da sua reunião com o presidente russo seria naturalmente impensável, mas assim não entendeu Putin.

Depois de Aleppo, na Síria, podemos falar agora de Mossul, no Iraque. O exército iraquiano e as forças internacionais que o apoiam apostaram tudo na reconquista cidade que, em 2014, foi assumida como capital do novo califado ou do estado islâmico. Mesmo que a aviação norte-americana não seja tão cega como a força aérea russa que tem bombardeado Aleppo, a população de Mossul está condenada a sofrer as consequências dramáticas da reconquista da cidade que é, em importância, a terceira do país. É mais uma cidade mártir a juntar ao rol de tantas outras...

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

O Orçamento da Educação

1 - O Conselho Nacional de Educação acaba de editar a publicação “Estado da Educação 2015”, onde traça um retrato minucioso da estrutura e funcionamento do sistema educativo em Portugal no ano de 2015.

Trata-se (o referido Conselho Nacional de Educação) de um organismo oficial, credível e imparcial, devendo os indicadores apresentados na referida publicação ser por nós apreciados com a segurança garantida pela confiabilidade da respectiva fonte.

No que respeita à educação pré-escolar, que diz particularmente respeito às nossas IPSS, o estudo refere que, “no ano lectivo de 2014/2015, das 264.660 crianças a frequentar este nível, 46,5% estavam em estabelecimentos de ensino privado” – onde avulta, como é sabido, desde 1997, a rede solidária.

Como sabemos, a generalização da educação pré-escolar às crianças portuguesas fazia parte da “paixão pela Educação” que sobressaltava as cordas do coração do Primeiro-Ministro António Guterres, que, para atingir rapidamente esse seu objectivo, convidou então as Instituições Particulares de Solidariedade Social a integrarem a Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, trazendo para essa Rede e esse desígnio a sua capacidade instalada, maior e mais antiga do que a Rede Pública existente à época.

É por isso que uma percentagem tão saliente das crianças portuguesas entre os 3 e os 5 anos frequentam estabelecimentos de ensino privados, designadamente da Rede Solidária.

(A este desígnio de António Guterres me refiro na crónica do mês passado, embora a outro propósito.)

Ora, uma das coisas que o estudo “Estado da Educação 2015” nos revela, designadamente nas páginas 71 e 72, é que a pretensão de António Guterres foi, em grande medida, já atingida, pelo menos no que diz respeito às crianças com 4 e 5 anos.

Com efeito, ao que nos diz o Estudo, a taxa de pré-escolarização em Portugal, no ano lectivo de 2014/2015, era de 88,5%, sendo mais reduzida na Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e nos Açores – 78,8%, 82,9% e 86,4%, respectivamente –, mas sendo superior à média em todas as outras NUTS: 93,9% na Região Norte, 94,5% no Centro, 95,4% no Alentejo, 94,1% na Madeira.

Diz-nos ainda esse estudo que a taxa de pré-escolarização apresenta um crescimento sistemático ao longo dos últimos anos, tendo atingido

o valor máximo de 97,9% quanto aos 5 anos de idade, em 2011/2012, e de 91,6% quanto aos 4 anos de idade, também em 2011/2012.

Quanto aos 3 anos, a taxa de pré-escolarização encontra-se também numa trajectória crescente, atingindo em 2014/2015 a percentagem de 78,7% das crianças dessa idade.

2 – Sendo este o retrato da educação pré-escolar, tem-me causado alguma perplexidade a frequência com que os responsáveis do Ministério da Educação vêm insistindo na necessidade de generalizar o acesso aos estabelecimentos da rede das crianças com 4 e 5 anos, fazendo disso uma prioridade política de primeira linha.

Como se tal acesso não estivesse já generalizado entre nós ...

Como se não se tivesse atingido já a meta fixada, correspondendo à média europeia, em 2012, quanto aos 5 anos e não fossem os estabelecimentos da rede frequentados por mais de 90% das crianças com 4 anos!

Como se a frequência da educação pré-escolar constituísse um problema, e não, como na verdade constitui, um exemplo de sucesso ...!

Percebo mal, com efeito, como é que, tendo indicadores na educação pré-escolar que nos colocam no patamar mais elevado dentro da Europa civilizada – o que acontece tão escassamente noutros domínios –, o próprio departamento do governo responsável por esta área insinue um estado da situação mais próximo do Terceiro Mundo, sugerindo que temos de colocar mais crianças nos jardins de infância – apesar de já lá andarem todas as que o querem fazer.

E que são quase todas as que vivem no nosso País.

Eu sei que vários Governos têm andado, nos últimos anos, a construir mais salas de jardim de infância, à sobreposse, como adorno das escolas públicas, mesmo não havendo mais crianças para as frequentar.

Como se se estivesse à espera de alguma explosão demográfica para breve.

Que não virá, como se sabe.

Tais salas faziam parte da “festa” que foi a Parque Escolar, como lhe chamou a ex-Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues.

Sabemos, porém, como essa “festa” acabou, com pedido de resgate por José Sócrates, seguidos por 4 anos de empobrecimento à força.

Já há mais lugares nas salas do que crianças para lá meter – mesmo que se pretenda, como me

parece bem, atingir para as crianças de 3 anos as metas de mais de 90% que os seus irmãos de 4 e 5 anos já atingiram.

3 – Percebi, da entrevista dada esta semana pelo Ministro da Educação a uma estação de televisão, que o Orçamento da Educação vai sofrer um corte relativamente à despesa de 2016.

Tal contingência orçamental exige parcimónia na eleição das fontes de despesa pública, não vá o Orçamento ser ultrapassado por impreviável execução, deixando de cumprir o Tratado Orçamental e apanhando mais um ralhete de Bruxelas – já que não temos possibilidade de negociar com a UE o lifting das contas, como fez a França.

Ora, pensando – erradamente – o Ministério da Educação que há precisão de salas para a educação pré-escolar, por não ter lido o Estudo, pode lembrar-se de continuar a construí-las.

Mas não terá depois crianças para elas ...

Mais vale, pois, o Governo guardar-se e reservar as verbas disponíveis para outras sortes, para prioridades que o sejam, em vez de insistir em despesa com verdadeiras redundâncias.

É por essa razão que venho ao assunto: pode, por sorte, algum leitor do “Solidariedade” que tenha responsabilidades públicas na Educação ser alertado por esta crónica breve para o teor do Estudo produzido pelo Estado a que me refiro acima.

E aí perceber que está “atrasadíssimo nos gregos” (Carlos Drummond de Andrade) na proclamada ambição para o pré-escolar.

(Essa bandeira já foi entregue, e bem, ao Engº António Guterres.)

4 – Compreendo os motivos que levam muitos dos apoiantes da actual solução de Governo a defender a renegociação da dívida pública.

Também me parece que os mais de 8 mil milhões de euros que pagamos anualmente de juros aos credores pela dívida seriam mais bem empregados na mais justa distribuição de rendimentos e na diminuição das desigualdades entre portugueses.

Mas esse desígnio não justifica que o dinheiro público – que sai sempre dos nossos impostos, haja ou não haja Tratado Orçamental – se gaste onde, não só não é preciso, como é prejudicial.

Aqui fica, pois, a minha contribuição pessoal para o equilíbrio orçamental e para a saída do procedimento por défice excessivo.

CASA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, FIGUEIRA DA FOZ

Reativar a formação de jovens e adultos

A educação de raparigas esteve na génese da Casa Nossa Senhora do Rosário, mas 86 anos depois a sua ação é muito mais vasta, com um forte pendor da intervenção social. As respostas à infância não estão nos melhores dias, mas há muito trabalho de ação social junto de comunidades carenciadas. Reativar a formação de jovens e adultos é aposta de futuro, um tempo em que os idosos isolados não estão esquecidos.

“Esta casa nasceu para que existisse uma escola para raparigas”, começa por dizer a irmã Pilar Monteiro, presidente da Casa Nossa Senhora do Rosário, lembrando que “as Irmãs Doroteias vieram para a Figueira da Foz para educar as meninas” em 24 de outubro de 1930, instalando-se então num rés-do-chão e 1º andar no Beco da Lomba.

Passados poucos dias iniciaram a sua atividade abrindo uma Escola Primária com 12 alunas, atingindo cerca de 50 em finais de novembro. O ensino ministrado, traduzido na formação nos domínios intelectual, físico, moral e religioso, englobava alguns suplementos nas áreas da economia doméstica, costura, bordados, higiene, procurando atingir o conceito da educação integral da pessoa.

Como se pode ler na história da instituição, «dada a exiguidade do espaço para responder à afluência de crianças matriculadas, em 1931 passaram a ocupar as instalações do antigo Hotel Jardim, contíguo ao Jardim Municipal».

Ainda sob o nome de Patronato de Nossa Senhora do Rosário, a partir de 1938, as «alunas de todas as condições sociais» passaram a frequentar as aulas num edifício no Passeio Infante D. Henrique, recebendo, em 4 de novembro de 1940, autorização de funcionamento seguindo os planos e programas oficiais. É nesta altura que sofre uma mudança de nome, passando a designar-se Escola do Patronato de Nossa Senhora do Rosário.

Cada vez com mais procura, em 1948 e 1949 o estabelecimento sofreu alterações no sentido de tornar as instalações mais amplas.

Juridicamente, em setembro de 1979 passa a Fundação de Solidariedade Social e, por despacho de 18 de junho de 1980, passa a designar-se Escola da Casa de Nossa Senhora do Rosário.

Por fim, em outubro de 1990, perante a degradação do edifício, exiguidade do espaço e às novas exigências educativas, a já Casa de Nossa Senhora do Rosário transfere-se para as instalações onde funciona atualmente, sito na freguesia de Tavarede.

São 86 anos de história, com sucessivas mudanças de estatuto e de nome, mas sempre com um fito, como refere a irmã Pilar Monteiro: “Desde início a filosofia da Congregação era para que as escolas fossem gratuitas e quando não o eram, porque tinha internato, havia a escola para quem pagava e ao lado outra para quem não podia pagar”.

Os tempos que correm não são os mais



favoráveis, porque a crise da natalidade tem-se feito sentir. Por isso é que a escola não abriu turma de 1º Ano.

“Na Casa temos uma pequena escola, que está a decrescer, agora com 50 crianças. No jardim-de-infância temos 40 meninos, com salas mistas dos 3 aos 5 anos, e no ATL temos cerca de 50 crianças, mas nas pausas, especialmente no verão, recebemos muitas mais, porque somos das poucas instituições que está aberta todo o ano”, revela a religiosa, que sublinha um aspeto de grande importância para a vida da Casa: “A escola funciona completamente a expensas dos pais e da Congregação, pois não tem qualquer contrato de associação. E temos aqui muitas crianças que não pagam absolutamente nada. O problema está precisamente aí, porque a escola não tem capacidade de subsistência”.

E se a génese da Casa é a educação, primeiro só de meninas e, depois aberta a todos, a resposta à sociedade não se fica por aqui e pela infância.

“Além da escola e do jardim-de-infância, temos ainda um Centro de Formação, que no momento está um pouco em «stand by», mas estamos a tratar de o dinamizar novamente, e ainda



duas áreas que são especificamente de intervenção social. Um Centro Comunitário que trabalha toda a ação social da freguesia de Tavarede e ainda apoia 100 famílias, para além contar com uma psicóloga que dá apoio a vítimas de violência doméstica em todo o concelho”, sustenta, acrescentando: “Depois temos uma equipa exclusivamente dedicada ao RSI que gere 140 processos, quando devia ter apenas 100 em mãos. Com estas 140 famílias, a equipa já criou o Centro de Gestão do Stresse, onde os beneficiários desenvolvem diversas atividades, entre as quais teatro.



Sistematicamente estão a ser desenvolvidos projetos com esses beneficiários, no sentido de os capacitar e motivar, sendo que depois há sempre a grande dificuldade em encontrarem emprego”.

O trabalho de intervenção social ganha terreno na instituição também devido à zona em que está inserida.

“Na nossa área temos uma grande comunidade de etnia cigana, cujas crianças muitas delas andam aqui na instituição, tanto no infantário como na escola. E, tanto no jardim-de-infância como na escola, temos muitas crianças oriundas de famílias carenciadas e temos algumas parcerias com outras instituições cujos meninos vêm para aqui. Para isto subsistir é necessário que também haja quem possa pagar, mas temos um número muito significativo de crianças que paga um valor simbólico”, conta a irmã Pilar Moreira, sublinhando: “Há muitas famílias que têm graves carências e que têm crianças que precisam de muito apoio e a nossa circunstância permite-nos fazer um acompanhamento muito próximo”.

Para a religiosa, a grande vantagem da Casa é a sua dimensão, que permite um acompanhamento fino das situações.

“O acompanhamento não se fica pela criança, porque temos também a equipa do RSI que entra logo em ação no sentido de avaliar a situação e intervir. Esta resposta global à família dá-se melhor se a criança estiver na escola debaixo do nosso olhar. O trabalho de intervenção social ganha peso se estivermos a acompanhar a criança”, argumenta, lembrando que “a Casa tem um conjunto de recursos que ajuda a fazer um trabalho de intervenção social muito mais completo”.

Por outro lado, “a escola também sai enriquecida pela diversidade de crianças e famílias que a frequentam”.

Porém, a falta de crianças que a irmã Pilar Moreira pensa estar a passar, e a condição económica da comunidade que serve levanta problemas complicados.

“A Casa está no fio da navalha em termos

financeiros, mas neste momento não devemos nada a ninguém, claro que com o apoio da Província Portuguesa da Congregação”, anota, reforçando: “A grande dificuldade é a dimensão económica, mas penso que as coisas poderão a melhorar, porque as outras turmas até têm bastantes crianças”.

As coisas estão a melhorar mas com os atuais acordos de cooperação, a responsável pela Casa não perspetiva que o jardim-de-infância consiga alimentar a escola com alunos.

“Tínhamos acordo para 72 crianças, mas com a abertura do centro escolar aqui ao lado houve uma diminuição da frequência e o acordo passou para 50 e com apenas 50 crianças em pré-escolar não dá para alimentar a escola... E nem todas as crianças transitam para a nossa escola, mas mesmo que transitassem não chegava para suportar os custos de uma turma”.

É no sentido de olhar a sustentabilidade, mas sobretudo a intervenção social global, que a Casa pretende reativar a área da formação.

“O Centro de Formação existiu sempre, só que estamos a aguardar pelas verbas do Portugal 2020, pois de momento não há equipa. Temos instalações, mas necessitamos de pedir novamente a certificação e para tal temos que admitir uma pessoa para a coordenação do Centro e não tem sido fácil”, lamenta a religiosa, destacando as virtudes, no seu entender, da aposta: “A formação de jovens e adultos vem completar a dimensão de intervenção social de que falava. Nas famílias beneficiárias do RSI há sempre desempregados, então a formação é um complemento extraordinário no sentido de preparar essas pessoas para a vida ativa e também de as valorizar e isso é algo fundamental para que a sociedade evolua. A formação é extremamente importante e, para além do currículo, damos-lhes desafios, como o teatro, a escola de mãe, etc”.

E este não é o único olhar que a instituição figueirense está a lançar ao futuro.

“Neste momento temos em embrião um

outro projeto pois há muitos idosos isolados. A Junta de Freguesia quis fazer um projeto e nós comprometemo-nos com uma zona da freguesia onde temos feito o acompanhamento como podemos. Temos uma lista de 400 idosos, que vamos visitando aos poucos, mas queríamos robustecer o projeto”, revela a irmã Pilar Moreira, identificando os primeiros degraus a subir: “Para tal precisamos de colocar umas portas corta-fogo – parece que não tem nada a ver, mas tem – para podermos continuar a fazer propostas à Segurança Social e esperar que esta adira ao projeto”.

Ora, as dúvidas da presidente da Casa prendem-se com o facto de o projeto ser inovador e poder haver a confusão com outras respostas sociais típicas.

“A nossa ideia é que as pessoas venham até aqui quando lhes apetercer, sem com isto as estarmos a retirar de casa e a institucionalizar. No fundo, é um projeto de desenvolvimento comunitário a partir da intergeracionalidade, porque queremos que estas pessoas se cruzem com as nossas crianças”, defende, acusando: “Fala-se muito da intergeracionalidade mas é preciso dar-lhe consistência. Fala-se muito do envelhecimento ativo, mas das 17h00 até ao outro dia de manhã os idosos ficam sozinhos à espera das equipas do SAD. Ora, nós propomo-nos a dar esse apoio, que ninguém pode dar, com pessoas de muita confiança e que estejam com os idosos nesses momentos”.

Cereja em cima do bolo neste ano de 2016 foi a vitória da Casa Nossa Senhora do Rosário do 1º Prémio Ciência na Escola, da Fundação Ilídio Pinho, no valor de 10 mil euros, com o projeto «Um papel com ciência», no âmbito do projeto Ciência Divertida.

“O projeto consistiu no estudo de uma alga invasora em que os alunos concluíram que apanhada e tratada, para além de papel, poderiam fazer fertilizante. Testaram-no em hortas e tem sido uma maravilha. E foi assim que nasceu o projeto vencedor”.

COMISSÃO EUROPEIA

Portugal reduz abandono escolar

Portugal reduziu a taxa de abandono escolar precoce em 6,8 pontos percentuais, para os 13,7% entre 2012 e 2015, um valor acima da média da União Europeia (11%), segundo dados publicados pela Comissão Europeia.

Segundo a edição deste ano do Monitor da Educação e da Formação, não só diminuiu a taxa de abandono precoce dos sistemas de ensino e de formação em Portugal nos estudantes entre os 18 e os 24 anos, como aumentou, entre 2012 e 2015, a taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 27,8% para os 31,9% (UE 38,7%).

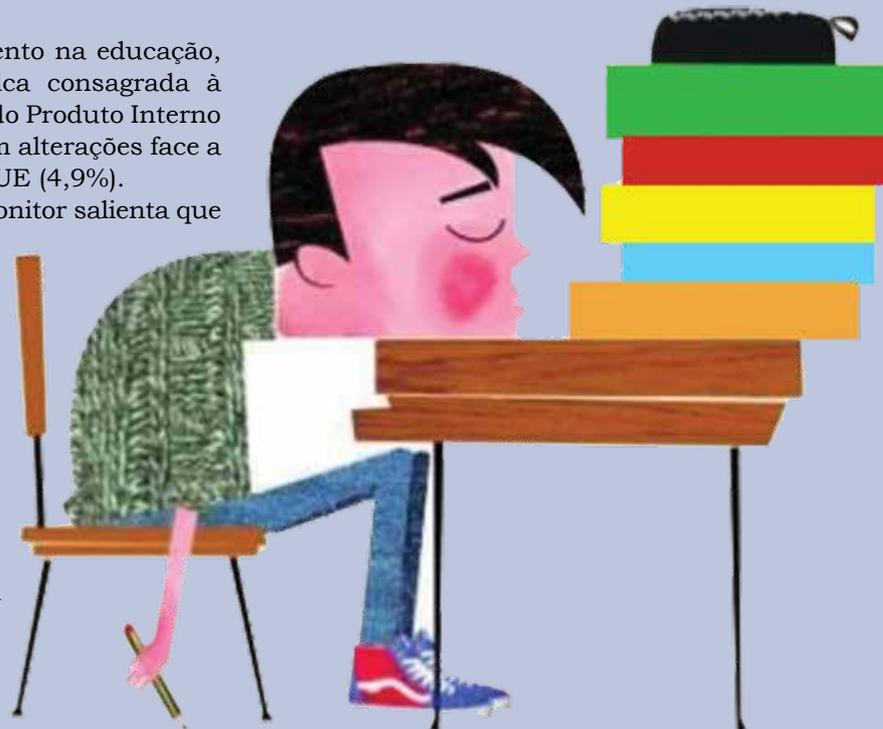
Em relação ao ensino superior, o relatório salienta que “a tendência para o decréscimo das matrículas no ensino superior, juntamente com a alta taxa de emigração de cidadãos portugueses altamente qualificados para outros países europeus, está a agravar a crise demográfica do país e poderá ter reflexos negativos na sua competitividade”.

Neste caso, a taxa de abandono em Portugal era, em 2015, superior entre os jovens nascidos no estrangeiro (16,2%)

do que em Portugal (13,5%), em linha com a média da UE: 19,0% e 10,1%, respetivamente.

Em relação ao investimento na educação, em 2014 a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) era de 6,2%, sem alterações face a 2011 e acima da média da UE (4,9%).

No caso de Portugal, o monitor salienta que “o orçamento de 2016 para a educação não gerou aumentos significativos em relação ao ano anterior: prevê-se que o apoio financeiro para as reformas resulte de uma maior eficiência da despesa e de uma diminuição das repetições de ano”. O ensino e cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) recuaram dos 93,8%, em 2011, para os 93,5%, em 2014, acima da média da UE (94,3%).



TSR

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT | AT |
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA | ACSS |
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS
- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
[Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores]
- QUALIDADE - Processos Chave
Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES
Sem compromisso

GRÁTIS

software ipss

economia social

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco,
as pessoas precisam de si

junto das

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



ASSISTÊNCIA REMOTA
Novo conceito via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908
Guimarães

CANCRO

Álcool associado a mais de 700 mil novos casos

O álcool é responsável por mais de 700 mil novos casos e 365 mil mortes causadas por cancro, a cada ano e em todo o mundo, indicam novas estimativas divulgadas no Congresso Mundial contra o Cancro.

De acordo com os dados apresentados em Paris, os novos casos de cancro (especialmente no esôfago, colo-rectal, garganta, fígado e mama) surgem principalmente nos países desenvolvidos.

“Uma grande parte da população não sabe que o álcool pode provocar cancro”, salientou o investigador canadiano Kevin Shield ao apresentar os dados preliminares do estudo do Centro Internacional de Investigação sobre o Cancro (CIRC/IARC), uma agência dependente da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O estudo, relativo a dados de 2012, indica que os cancros ligados ao álcool representam 5% dos novos casos e 4,5% de todas as mortes causadas por cancro a cada ano em todo o mundo.

A América do Norte, a Austrália e a Europa, em particular a Europa de Leste, são as regiões mais atingidas. Mas os países em rápido desenvolvimento, como a Índia ou a China, onde o consumo de álcool está a aumentar, poderão juntar-se ao grupo dentro de pouco tempo.

Como demonstram vários estudos, a preponderância de casos de cancro ligados ao álcool está estreitamente ligada ao nível de desenvolvimento de um país. O consumo acrescido de álcool que normalmente acompanha o desenvolvimento junta-se também a alterações do modo de vida, de alimentação ou tabagismo, que “multiplicam o risco”,



considerou o investigador canadiano em entrevista à agência France Presse.

Segundo o estudo, que deverá ser publicado no próximo ano numa revista científica, indica que o cancro do esôfago é o mais frequente nos casos de morte associados ao álcool (representando 34% dos 365 mil casos de morte reportados em 2012), à frente do cancro colo-rectal (20% das mortes).

Já entre os 704 mil novos casos de cancro associado a álcool, um em cada quatro (27%) são de cancro da mama, entre as mulheres.

O mesmo investigador já tinha demonstrado num trabalho publicado em junho que mesmo um ligeiro consumo de álcool por dia (menos de dois

copos de vinho ou 30 mililitros de bebidas espirituosas ao dia) pode aumentar o risco de cancro da mama de 5% a 10%.

Kevin Shield realçou que não existe um limite de risco [a não ultrapassar], e que “o risco aumenta de forma linear à medida que aumenta a dose ingerida”.

Quanto aos mecanismos biológicos que causam os cancros associados a álcool, os investigadores não os conhecem ainda com exatidão. Entre estes poderá estar o etanol, um agente cancerígeno que pode atuar “de diversas maneiras”, disse o perito canadiano. No caso do cancro da mama, o etanol pode modificar os níveis de estrogéneo, disse.

“DELIRIUM”

Idosos nos hospitais sofrem de mal raramente diagnosticado

Metade dos doentes hospitalizados com mais de 65 anos sofre em algum momento de “delirium”, mas o problema raramente é diagnosticado, alerta o presidente da associação Cérebro e Mente, Joaquim Cerejeira.

Psiquiatra, Joaquim Cerejeira participou na organização em Portugal de um congresso científico sobre “delirium” que durante dois dias juntou, em Vilamoura, médicos, enfermeiros, psicólogos e investigadores de mais de 20 países europeus, América do Norte e Austrália.

O responsável explicou que é muito frequente que um idoso que seja internado com um problema como uma pneumonia ou uma infeção urinária (exemplos) desenvolva também sintomas psiquiátricos, como confusão e agitação.

“Aparentemente não haveria razões para uma infeção urinária causar alterações psiquiátricas. É isso que tentamos avaliar porque não há uma resposta ainda, de qual a influência que uma disfunção no corpo tem no cérebro”, disse à Lusa.

O problema, adiantou, “passa despercebido ou não é diagnosticado”, até porque os médicos que seguem o doente são de especialidades diferentes, da doença primária que está a ser tratada.

“No entanto se ocorre um episódio de “delirium”, a doença que levou à hospitalização do doente pode complicar-se, pode aumentar o tempo de internamento, afetar irremediavelmente o doente, pelo que é preciso treino dos profissionais de saúde. No Reino Unido, por exemplo, já se avalia o estado mental do doente todos os dias”, defendeu o especialista.

Joaquim Cerejeira salientou que o problema não afeta apenas pessoas idosas, mas que “pode acontecer a qualquer pessoa em que a disfunção do corpo seja suficientemente grave para afetar o cérebro”.

E depois, acrescentou, os casos de “delirium” são frequentes em lares de idosos mas raramente diagnosticados, desvalorizando-se a “confusão” das pessoas, que de repente não sabem que dia da semana é por exemplo, atribuindo isso “à idade”.

O trabalho que há a fazer, diz, é sensibilizar os profissionais que cuidam dos doentes, para que se descubra a causa do “delirium”, seja uma infeção ou um medicamento.

“A cura é identificar a doença que está por trás. No fundo o “delirium” é o equivalente à febre”, no sentido de ser um aviso “de que algo não está bem”. “O problema é que a febre mede-se facilmente, o “delirium” não”.

O psiquiatra diz que o envelhecimento da população leva a um acréscimo das taxas de “delirium”, especialmente associado à demência, que “atinge atualmente 7,3 milhões de pessoas na Europa, e cuja prevalência duplicará em 2040”.

O “delirium” surge de modo súbito caracteriza-se por perturbação da atenção e da consciência. O doente pode ficar confuso e desorientado (temporal e espacialmente), não se conseguir concentrar, perder a memória ou não reconhecer pessoas, ficar agitado ou letárgico e ter distúrbios de comportamento e humor.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

O fim da globalização

A globalização do mundo é um dos traços mais marcantes das últimas décadas.

Obviamente (e felizmente) a globalização não é um processo exclusivamente económico. Não foram apenas as cadeias de valor que ficaram cada vez mais globais e cada vez menos nacionais ou regionais. Também nos planos político ou cultural as coisas vão sendo cada vez mais globais. Por exemplo, a China, país com uma tradição musical muito própria, tem hoje mais alunos de piano que todo o mundo ocidental junto. Os novos Lang Lang estarão em breve por aí!

O processo de globalização foi manifestamente uma coisa boa. A globalização permitiu tirar centenas de milhões de seres humanos de uma situação de pobreza extrema, tornou as endémicas e gigantescas fomes da China ou da Índia, que ceifavam periodicamente milhões de vidas, um facto do passado. No mundo atual morrem muito mais pessoas de excesso de comida que pessoas por carências alimentares.

Embora a guerra não tenha desaparecido – bastam os horrores que nos chegam da Síria para nos pôr em guarda nessa matéria – a verdade é que, segundo uma perspetiva histórica, vivemos hoje num mundo excepcionalmente pacífico. Morrem muito mais pessoas devido a acidentes nas estradas que nos conflitos que desgraçadamente ainda ocorrem em algumas partes do planeta.

Claro que como todos os processos históricos de grande dimensão, a globalização reclamou as suas vítimas. Os países de desenvolvimento intermédio, como o nosso, ficaram claramente do lado perdedor. Não é por acaso que Portugal praticamente deixou de crescer a partir da segunda metade dos anos 90 do século passado. Claro que a adesão ao euro também tem a sua quota-parte, quiçá maior, de culpa neste cartório. A diferença está em que aos efeitos da globalização nunca nos poderíamos ter esquivado, já a adesão ao euro foi um erro voluntário, um erro colossal de proporções históricas.

Aparentemente globalização está a perder gás. Os sinais são diversos e perigosos.

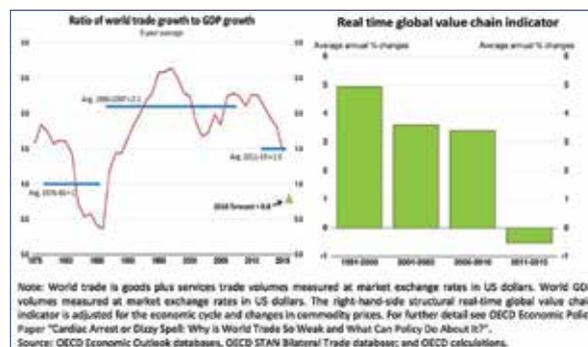
No plano político, as duas grandes iniciativas de comércio livre que envolvem os Estados Unidos e as potências europeias e asiáticas, as parcerias transatlântica (com a Europa) e transpácifica (com a Ásia) estão em risco, desde logo porque qualquer dos candidatos à presidência dos Estados Unidos já declarou oposição a esses programas.

Naturalmente que nas democracias os políticos tendem a refletir os movimentos no sentir dos eleitorados. Na Europa e nos Estados Unidos o sentimento antiglobalização está a crescer e o substrato de onde emerge é o mesmo de onde saiu a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia, a ascensão de um clown como Donald Trump ao estatuto de candidato credível à presidência dos Estados Unidos e os resultados eleitorais dos diferentes populismos, de esquerda e de direita, na Europa. Na base de tudo isso está a revolta dos que ficaram para trás, dos mais velhos, dos menos qualificados, dos mais pobres.

No plano económico os sinais também são preocupantes.

Do lado esquerdo do gráfico temos a

comparação entre o crescimento do comércio internacional e o crescimento do PIB global.



Entre 1975 e 1985 o ratio comércio/PIB é, em média, de 1, ou se já, comércio internacional e PIB cresceram mais ou menos ao mesmo ritmo.

Nos 22 anos que se seguiram até à crise económica, o ratio foi de 2,1, ou seja, o comércio cresceu mais do dobro do PIB. Desde a crise o ratio baixou para 1,5 e a previsão para 2016 é de 0,8, ou seja, algo que não se via nos últimos 30 anos.

Ainda no plano macro há um outro indicador da intensidade da globalização que merece ser olhado – o nível de fragmentação internacional dos processos produtivos, ou seja, a importância das cadeias produtivas globalmente distribuídas.

No passado as cadeias produtivas eram essencialmente regionais ou nacionais. Com a globalização o processo produtivo passou a estar geograficamente mais distribuído. A engenharia pode estar em Silicon Valley, a produção de componentes pode estar espalhada por várias geografias e a assemblagem final ser feita num local diverso.

Naturalmente que cadeias produtivas globalmente distribuídas aumentam o comércio internacional – engenharia, matérias-primas, produtos intermédios e produtos finais circulam de um lado para outro engordando as contas de importação e exportação de vários países.

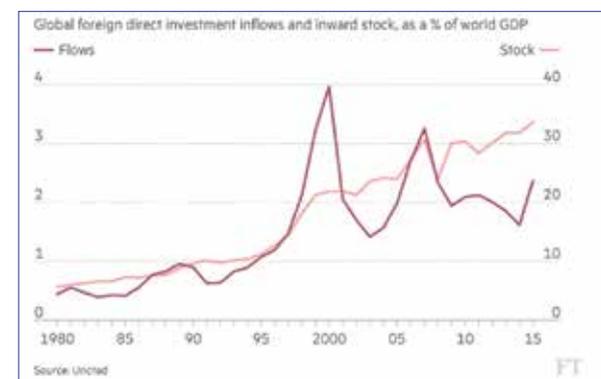
A OCDE publicou recentemente um trabalho sobre o tema e embora não tenhamos dados recentes baseados numa perspetiva dos valores acrescentados, o que seria o ideal, aproximações mais ou menos seguras demonstram que a fragmentação internacional das cadeias produtivas está a regredir – é o que se pode ver do lado direito do quadro acima.

Naturalmente que o arrefecimento das trocas comerciais haveria de se manifestar num outro tipo de fluxos – os fluxos financeiros.

Muita da fragmentação das cadeias produtivas foi acompanhada de investimento das empresas americanas e europeias nos países de destino dos segmentos produtivos deslocalizados. Provavelmente muitas das oportunidades que existiam neste domínio estão já exaustas. O investimento direto estrangeiro a nível global está a cair em termos de fluxos embora o stock acumulado continue a crescer.

O investimento direto estrangeiro é apenas uma das formas, provavelmente a mais benévola do ponto de vista do país de destino, de circular capitais.

Os fluxos financeiros transfronteiriços totais estão a regredir. O outstanding total que antes da crise andava pelos 57% do PIB mundial está



agora por baixo dos 40%.

Um outro sinal, este mais micro, mas nem por isso menos significativo, foi a recente falência da Hanjin Shipping, Co., um dos maiores grupos de shipping do mundo que deixou 14 biliões de dólares de mercadorias em barcos à deriva por esse planeta fora e os nervos em franja de muitas empresas transnacionais que dependem dos abastecimentos ultramarinos.

Também a Maersk, um dos operadores de referência do shipping mundial, declarou recentemente que não pretende aumentar a frota por aquisição de novos navios mas seguir um caminho de aquisições de companhias num sector onde há excesso de capacidade, leia-se falências adiadas.

Não se pense que o fechamento das economias começou agora ou que é o resultado do ascenso dos populismos que infetam a vida política dos nossos dias.

Embora na sequência da crise de 2008/2009 tenha sido possível evitar as consequências catastróficas da imposição de medidas protecionistas "hard-core", como aconteceu nos anos 30 do século passado depois da Grande Depressão, a verdade é que medidas protecionistas menos espalhafatosas, mas não necessariamente menos eficazes, vêm sendo tomadas um pouco por toda a parte. Só em 2015 a Global Trade Alert registou quase 600 reclamações sobre políticas locais prejudiciais da circulação de mercadorias, trabalho ou capital – um record triste e negativo.

Com o ascenso dos populismos tudo isto pode ficar pior. Um mundo menos global é um mundo menos produtivo mas, sobretudo, é um mundo mais perigoso.

Por estas e por outras é necessário derrotar os populismos. Contudo, sejamos claros. A derrota dos populismos, e o afastamento da possibilidade de regressão da globalização, implicam que não entreguemos os benefícios da globalização a uma ínfima minoria. Precisamos de políticos corajosos que não sucumbam à tentação das soluções fáceis como resolver problemas de imigração construindo muros.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





Alto e pára o baile...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

BEM-ESTAR

Índice evoluiu de forma positiva em 2015

O índice de bem-estar em Portugal evoluiu positivamente em 2015 e manteve a tendência de recuperação de crescimento iniciada em 2013, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística agora divulgados.

Entre 2004 e 2011 o índice de bem-estar registou sempre evolução positiva, tendo reduzido em 2012. Recuperou depois em 2013 e em 2014 voltou a evoluir positivamente.

O índice de bem-estar do Instituto Nacional de Estatística (INE) baseia-se em outros dos índices que avaliam as condições materiais de vida e a qualidade de vida.

Ao longo da última década, o índice das condições materiais de vida registou evoluções negativas, mas o índice relativo à qualidade de vida apresentou uma evolução continuamente positiva.

Contudo, os dados preliminares referentes a 2015 permitem perspetivar uma inversão do índice relativo às condições materiais de vida, que depois de anos a decrescer apresentou em 2014 um ligeiro aumento que se estima que se prolongue em 2015.

Nos 10 domínios que integram o índice de bem-estar, a Educação, o Ambiente e a Participação

Cívica e Governação são as componentes de bem-estar com evolução mais favorável no período entre 2004 e 2015.

Em 2015, o INE estima que índice de bem-estar tenha atingido os 118,4, depois de em 2014 ter alcançado os 114,5. Em 2012, ano em que se registou o primeiro decréscimo, o índice estava nos 108,7.

Numa análise ao longo da última década, verifica-se que em todos os anos desde 2006 houve um agravamento dos indicadores relativos à vulnerabilidade económica, atingindo o valor mínimo em 2013. Estima-se que em 2015 este índice continue o crescimento registado em 2013 e em 2014.

Aliás, o domínio “Vulnerabilidade Económica” é um dos que apresenta, segundo o INE, a evolução mais desfavorável ao longo do período 2004/2015, “refletindo a progressiva vulnerabilidade das famílias induzida pelo afastamento das mesmas do mercado de trabalho”.

O domínio “Trabalho e Remuneração” é a que apresenta a evolução mais desfavorável e veio contribuir de forma significativa para a descida do índice das condições materiais de vida – entre 2004 e 2014 registou uma descida global de mais



de 28 pontos percentuais.

No entanto, também este domínio de “Trabalho e Remuneração” voltou a crescer em 2014 e em 2015.

No que respeita ao índice de qualidade de vida, o domínio da Saúde é um dos que contribui para a evolução positiva: “a população que avalia de forma positiva os serviços de saúde teve um crescimento acentuado no período 2004-2014”.

Também a conciliação ‘vida-trabalho’ apresentou uma evolução positiva durante todo o período analisado, mais pronunciada até 2011.

Soluções para a
Economia Social

Mediação de seguros
Soluções personalizadas

Organização Administrativa
Consultoria e Gestão

Soluções tecnológicas
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente
t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt
www.odulisser.pt

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL